

Diego Pontes

**CORPO E CIDADE À *LUZ* DA GENTRIFICAÇÃO:
PERCURSOS ERRANTES PELA REGIÃO DA LUZ NA ILHA
DA MAGIA**

Dissertação
apresentada por
Diego Pontes ao
Programa de
Pós-Graduação
em Urbanismo,
História e
Arquitetura da
Cidade como
pré-requisito
para obtenção
do título de
Mestre, sob a
orientação da
professora Dra.
Alicia Norma
González de
Castells.

Florianópolis, SC
Março de 2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Diego, Pontes

CORPO E CIDADE À LUZ DA GENTRIFICAÇÃO : PERCURSOS
ERRANTES PELA REGIÃO DA LUZ NA ILHA DA MAGIA / Pontes
Diego ; orientadora, Alicia Norma González de Castells -
Florianópolis, SC, 2016.

124 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

Inclui referências

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Corpo. 3. Cidade. 4.
Gentrificação. 5. Errâncias Urbanas. I. Norma González de
Castells, Alicia . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo. III. Título.

Folha de Assinatura

AGRADECIMENTOS

Registro meus sinceros agradecimentos a minha orientadora Alicia Norma González de Castells pelo carinho, atenção, incentivo, confrontações e contribuições, e principalmente por ter estado ao meu lado e ter topado encarar comigo as aventuras e vicissitudes pelos caminhos errantes da arquitetura e do urbanismo. Sou muito grato por ter te conhecido durante minha trajetória acadêmica e ter tido contato com seu olhar sensível sobre o movimento do espaço urbano e pela experiência docente que pude acompanhar e estar próximo ao longo do estágio.

Agradeço em especial ao Nelson Popini Vaz, Gilberto Sarkes Yunes, Luiz Eduardo Fontoura Teixeira (Peixe) e Almir Francisco Reis pelas valiosas sugestões e contribuições no exame de qualificação do projeto inicial deste trabalho e durante a apresentação dos seminários internos.

Às professoras Miriam Pillar Grossi, Ilse Scherer-Warren, Elson Manoel Pereira, Maria Ines Sugai, Themis Quezado de Magalhães, Gilcélia Pesce do Amaral e Silva, Simone Pereira Schmidt, Adriana Marques Rosseto, Ilka Boaventura Leite, Carmem Rial, Hélio Silva, Antônio Brunetta, Adelia Mieglich, Jacques Mick, Frederico Schwerin Secco, Sérgio Tavoraro e Lia Zanotta Machado.

À Adriana C. Vieira, por sempre carinhosamente me esclarecer as confusas burocracias acadêmicas.

Agradeço a CAPES pela bolsa de estudos fornecida ao longo do mestrado e os apoios financeiros concedidos pela PRAE-UFSC que possibilitaram viagens para participação em congressos e apresentações prévias desta pesquisa em solos paulistas, curitibanos e soteropolitanos.

Aos meus colegas de turma do mestrado, pelas trocas de experiências e disposição aos diálogos e atenção sobre minha pesquisa e pelos contratempos desse percurso. Em especial à Carla Wille Kielwagem, Isabela Cristina de Souza, Lucas Reitz, Catalina Vásquez, Denise De Siqueira, Marcelo Nogueira, e Caetano de Freitas Medeiros.

À querida turma do curso de Psicologia onde realizei o Estágio Docência.

À Fátima Satsuki pela disposição, ajuda e agradável companhia com o trabalho de campo pela região da Luz.

Às amigas Ana Rabelo, Diego Simas, Lucas Figueiró, Hully Falcão, Marianne Bulhões, Gisele Filipo, Dani Calvo, Emília Dutra, Natasha de Hollanda, Sophia Caroline, Paula e Samantha pelo carinho, pelos abrigos e abraços.

À Luciana Cristina Barbosa pela boa vontade e escuta sensível e incansável das ideias encontradas neste trabalho, pelas carinhosas sugestões e conselhos, e também por todos os outros momentos inspiradores que vivemos junt@s.

Ao Rodrigo Vieira, pelo aprendizado, pela parceria e pela sinuosa e inspiradora aventura que trilhamos juntos e que guardo com muito carinho.

À Julia Guimarães Barbosa pelas instigantes trocas de ideias sobre o tema de pesquisa rodeado de “Florbelas, Marinas, Virginias, Anas Cavanis...”.

Aos queridos Pedro Azevedo e Davi Teixeira pelo abrigo em Rio das Ostras, pelo carinho, pela babosa, pelos pratos deliciosos, e por “fazerem o corre e a ponte” e estreitarem as fronteiras da saudade. Mandem-me mais sedex!!!

.

À Caroline Santos (Kérol Lolis), pelo cuidado, pelo companheirismo, pela agradável convivência e disposição aos debates e escuta sempre interessada e sensível. Pela nossa dança, nosso ritmo, nossos movimentos entre “nossos mundinhos”, e pelo barulho e bagunça deliciosa que você faz em mim e ao meu redor. De: Gêmeos Para: Peixes (risos)

Ao Lucas Moreira pelas inspiradoras trocas e pelas músicas em tempos de dissertação.

À minha família, Marilena, Estevão e Raphael, pelo apoio e pela compreensão.

Por fim, agradeço a tod@s que direta ou indiretamente fizeram parte deste longo e tortuoso caminho.

“Perder-se significa que entre nós e o espaço não existe somente uma relação de domínio, de controle por parte do sujeito, mas também a possibilidade de o espaço nos dominar. São momentos da vida em que aprendemos a aprender o espaço que nos circunda [...] já não somos capazes de atribuir um valor, um significado à possibilidade de perder-nos. Modificar lugares, confrontar-se com mundos diversos, ser forçados a recriar continuamente os pontos de referência é regenerante em nível psíquico, mas hoje ninguém aconselha uma tal experiência. Nas culturas primitivas, pelo contrário, se alguém não se perdia, não se tornava grande. E esse percurso era brandido no deserto, na floresta; os lugares eram uma espécie de máquinas através das qual se adquiriam outros estados de consciência.”

Franco La Cecla

RESUMO

Por meio de saídas de campo na região da Luz na Ilha de Florianópolis – SC e do registro de fragmentos de seu cotidiano em seus múltiplos usos e sentidos, este trabalho parte da valorização das *errâncias urbanas* que se desdobram pelos caminhos da *Luz* e tensionam as demandas higienizadas, pacificadas e pasteurizadas que envolvem as relações entre o corpo e a cidade contaminadas por processos de *gentrificação* urbana.

Palavras-Chave: Corpo; Cidade; Gentrificação; Errâncias Urbanas.

ABSTRACT

Through field trips in the region of Luz on the island of Florianópolis - SC and using fragments of record of their daily lives in their multiple uses and meanings, this work of the appreciation of *urban wanderings* that unfold along the way of *Luz* and calls into question the sanitized, pacified and scalded demands involving the relationship between the body and the city contaminated by urban *gentrification* processes.

Keywords: Body; City; Gentrification; Urban Wanderings.

Índice de Imagens

Imagem 1 - Mapa da Região da Luz.....	31
Imagem 2 - Caminhos pelo entorno do Parque.....	31
Imagem 3 - Tapumes que cercam as obras de reabilitação da Ponte Hercílio Luz	33
Imagem 4 - Totem Pachamama no interior do Parque da Luz...	34
Imagem 5 - Balanço em uma das árvores no Parque da Luz	35
Imagem 6 - Entradas do Parque da Luz pela Adolf Konder	36
Imagem 7 - Rua Felipe Schimidt e uma das entradas do Parque	36
Imagem 8 - Perspectiva de como ficará o mirante após revitalização.....	39
Imagem 9 - Mirante da ponte Hercílio Luz passa por completa revitalização.....	40
Imagem 10 - Rua Conselheiro Mafra	43
Imagem 11 - Rua Conselheiro Mafra e obras acontecendo.....	44
Imagem 12 - Cemitério Público em processo de transferência durante a construção da Ponte Hercílio Luz.....	48
Imagem 13 - Cruzamento da Conselheiro Mafra com a Rua Hoepcke.....	51
Imagem 14 - Rua Hoepcke	52
Imagem 15 - Seguindo pela Rua Hoepcke	52
Imagem 16 - Rua Hoepcke e alguns pontos em obras	53
Imagem 17 - Rua Hoepcke, "Cuidado, estamos em obras"	53
Imagem 18 - Rua Felipe Schmidt e obras acontecendo.....	54
Imagem 19 - De dentro do Parque da Luz, um de seus bambuzais	79

Imagem 20 - Muro que separa o Parque dos prédios localizados em uma das bordas.....	80
Imagem 21 - Câmera de monitoramento recentemente instalada no Mirante Hercílio Luz	87
Imagem 22 - – “Preserve este local – Telefones úteis – Guarda Municipal e Polícia Militar”	88

Sumário

INTRODUÇÃO	19
1 PERCURSOS SOBRE O CAMPO	24
1.1 Da <i>Luz</i> errante à luz em <i>led</i>	24
1.2 Recortes sobre a <i>Luz</i>	32
1.3 Ruídos da gentrificação	55
2 ALGUMAS DOBRAS DA LUZ, ALGUNS FRAGMENTOS DO CAMPO	59
2.1 Janelas ao redor do Parque	62
2.2 Passagens errantes e circulação de sentidos	66
2.3 Bambuzais, <i>rizoma</i> e camisinhas pelo chão	71
2.4 Policiamento	84
3 O FRAGMENTO ENQUANTO MÉTODO	89
3.1 Arquitetura corporificada	89
3.2 Narrativas residuais em Walter Benjamin	95
3.3 Rastros do <i>flanêur</i> e imagens de pensamento benjaminianos	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

FONTES JORNALÍSTICAS	116
ANEXOS	117
Anexo I – Estatutos da Associação dos Amigos do Parque da Luz	118

INTRODUÇÃO

Corpo e cidade em movimento

Sob um discurso de humanização do espaço urbano, catracas, muros, remoções, higienização, câmeras de segurança, nova iluminação, cercas *biopolitizadas* (Foucault, 1978) estrategicamente posicionadas diante das experiências corporais e sensíveis da cidade sugerem a política do roteiro turístico espetacularizado, higienizado e pacificado da ordem urbana contemporânea.

A cidade lida através do corpo, pelas experiências do percurso, dos deslocamentos sinuosos, das geografias subversivas (Silva, 2009), dos atalhos e das guerras entre lugares (Arantes, 2000), se escreve a partir dos rastros e registros corporais das cidades deixados por seus praticantes, podendo ser apreendidos a partir do conceito de *corpografia* esboçado pela arquiteta e urbanista Paola Berenstein Jacques (2012), que tem dedicado atenção aos processos urbanos contemporâneos por meio de reflexões sobre o corpo e a cidade.

Segundo a autora, pela *corpografia*, as vivências, acasos, derivas e experimentações do corpo e da cidade, que se desenham justamente em uma concepção de arquitetura e urbanismo a partir do cotidiano, abrem espaço a um olhar atento e crítico ao processo de *espetacularização* urbana que as cidades estão inseridas. Essa espécie de cartografia corporal, que recompõe os movimentos e transformações urbanas e também os traços que coporeificam as cidades, dialoga com o *espaço praticado* apontado por Michel de Certeau (1994) e se encontra aos ritmos dos passos do *flanêur*¹ (Benjamin, 2006), que existem em suas potencialidades críticas a ordem urbana hegemônica.

Neste sentido, este trabalho se insere em um campo de análise que visa apreender o espaço urbano contemporâneo na perspectiva do conflito inerente ao cotidiano e aos movimentos da cidade (Delgado, 2007). Quando pensamos as cidades contemporâneas atravessadas pelos interesses dos poderes hegemônicos coexistente à “memória dos passos

¹ Walter Benjamin discorreu sobre o movimento pela cidade como experiência a partir de Charles Baudelaire (1821 – 1867), poeta e teórico francês, que pelo *flâneur* narrava suas experiências questionando, por exemplo, a demolição de bairros e a nova cidade que se anunciava em palavras críticas às reformas e transformação urbana parisiense de meados do século XIX. Reflexão que irei aprofundar no capítulo 3 referente ao método da pesquisa.

perdidos” traçados por *errantes urbanos* e *praticantes ordinários* da cidade (De Certeau, 1994; Jacques, 2012), novos encontros teóricos tornam-se possíveis e passam aqui, a fazer parte da linguagem sobre o movimento do corpo e da cidade.

Os discursos transversais que “inspiram” as distintas linhas de pensamento arquitetônico e urbanístico comumente relacionam o corpo e a cidade trabalhando na produção de sentidos sobre o urbano e as formas de ocupação dos espaços. É comum encontrarmos obras inspiradas no corpo feminino, no ideal da cidade como um organismo, e também na repressão e no controle efetivo dos corpos e dos espaços urbanos. Falamos em artérias, pulmões, coração, e até em cirurgia ao projetarmos as cidades e por vezes acabamos recorrendo ao corpo como válvula metafórica de escape para fantasiar e ilustrar a cidade.

Destaco, assim, os conflitos e contradições inerentes ao corpo e a cidade, que se tornam alvo de projetos arquitetônicos e urbanísticos que visam, por meio de falsos consensos, pacificá-los e controlá-los aos moldes dos interesses e fluxos econômicos. Deste modo, o papel político de arquitetos, urbanistas e outr@s pensador@s da cidade, que muitas vezes se escondem sob uma falsa pele de neutralidade e imparcialidade, direcionam e legitimam pretensas formas de apreendermos o espaço urbano e as relações que por ele tecemos, assim como o próprio modelo de sociedade/cidade que estamos literalmente idealizando, projetando e construindo.

Caminhos pela cidade modernista e funcional do arquiteto e urbanista Le Corbusieu, por exemplo, recompõem uma arquitetura desenhada para um ideal universalizado de corpos e práticas em prol dos modos de produção capitalista. Em sua clássica obra, *Por uma arquitetura*, publicada pela primeira vez em 1922 em Paris, dizia: *Arquitetura ou revolução, nós podemos evitar a revolução!* Por outro caminho, uma arquitetura e um urbanismo a serviço da revolução, como a ensaiada por críticos radicais situacionistas, planejava-se justamente na ruptura do glamour positivista imposto pelo ideal da arquitetura moderna. (JEUDY, JACQUES: 2006)

Assim, o entrelace entre o corpo e a cidade como forma de análise pelo campo da arquitetura e do urbanismo produz efeitos interessantes a serem analisados, elucidando nesta pesquisa questões que emergem pelos caminhos traçados para além dos fluxos turísticos e que são retomados por corpos que se perdem, que desviam, que constituem um modo peculiar e “vagabundo” de interrogar, através da prática do espaço urbano, as negociações em jogo entre o corpo e a cidade.

Falar sobre direito à cidade é necessariamente falar sobre o direito ao corpo e vice-versa. Seus modos de usos e *contra-usos* (Leite, 2002), suas ocupações, suas negociações e (des)territorializações que se fazem no trânsito entre o corpo e a cidade, apontam para uma multiplicidade de usos e sentidos sobre o espaço urbano. Sentidos que muitas vezes reivindicam sua prática sem que sejam cobrados “pedágios” e impostos limites a partir das marcas presentes em nossos corpos. Sem que a sacralização dos espaços urbanos e dos corpos se sobreponha ao prazer de experimentar, de errar, de arquitetar a cidade e o corpo pela prática, pelo movimento, pelo abalo de estruturas e pela deformação.

Por este caminho, sou levado a me questionar sobre o modo como os corpos respondem e reagem às regras e estruturas sociais e à ordem da cidade. Com isso, as experiências corporais entrelaçadas e marcadas nos espaços urbanos em transformação convidam a algumas questões: quais seriam as relações ambivalentes entre a arquitetura dos espaços públicos e dos corpos? O que se espera dos corpos e práticas sociais em espaços urbanos afetados pelo processo contemporâneo de *gentrificação* (Leite, 2010)? Como a arquitetura e o urbanismo podem ser pensados também como pretensos meios de regulação do espaço urbano e das práticas que por ele tecemos? Se o próprio direito a cidade tem sido negligenciado e violado pelo Estado, como então alegar participação no processo de experimentação e construção da mesma?

Em meio a essas interrogações, esta pesquisa se desenha pela atenção aos caminhos errantes percorridos e observados pela região da Luz, no centro da Ilha de Florianópolis – SC. A região a qual me refiro compreende a cabeceira insular da interdita Ponte Hercílio Luz, o Mirante e Praça Hercílio Luz, e também o Parque da Luz e seus arredores, e atualmente tem presenciado mudanças significativas em sua estrutura física e em seu cotidiano, apresentando-se como um campo frutífero a análise sobre as dinâmicas urbanas atravessadas por negociações e subversões presentes na área em questão.

A recomposição de caminhos percorridos pela Luz por meio de saídas de campo e pesquisa bibliográfica realizada durante o ano de 2014 e 2015 me orienta e posiciona diante de reflexões sobre as transformações urbanas ocorridas na região central da Ilha, historicamente localizada como um espaço de trânsito de corpos e práticas abjetas e desviantes (Losso 2010; Castro 2002), uma vez que o espaço também é vivenciado por sujeitos marginalizados, como prostitutas, michês, usuários de drogas, mendig@s e morador@s de rua, como observado durante todo o trabalho de campo.

Esta região tem como marca em suas memórias significativas limpezas urbanas orientadas pelos fluxos do enobrecimento e da urbanização da cidade. Além das transformações urbanas ocorridas ao longo do processo de modernização de Florianópolis no século XX, as atuais mudanças no espaço em questão caminham de encontro às reflexões sobre o processo de *gentrificação* da cidade, questionando sob quais discursos o espaço urbano tem sido construído e modificado, e quais os agentes envolvidos nestes atuais enredos.

Nesta dissertação, realizo, portanto uma reflexão a partir de fragmentos recolhidos durante o trabalho de campo e levantamento bibliográfico sobre os movimentos e fluxos do centro da Ilha de Florianópolis, mais especificamente sobre o cotidiano marcado pelas errâncias urbanas e práticas ordinárias presentes nas proximidades da região da Luz e que coexistem às transformações e higienizações urbanas ocorridas durante o século XX e que vêm ocorrendo também nos dias de hoje.

Assim, este trabalho encontra-se dividido em três capítulos que buscam dar conta de uma reflexão sobre os conflituosos movimentos do corpo e da cidade no contexto contemporâneo a partir de uma crítica ao processo de *espetacularização* e *gentrificação* urbana, onde os fragmentos das cenas cotidianas do Parque distribuem-se ao longo de toda a composição do texto e capítulos, trazendo, desse modo, sua espacialização por meio de registros de observações e caminhadas realizadas em trabalho de campo.

O primeiro capítulo da dissertação tem o objetivo de ampliar e localizar os *percursos sobre o campo* na região da Luz. Os sub-itens *Da Luz errante à luz em led*, *Recortes sobre a Luz*, e *Ruídos da gentrificação*, trazem a partir da recomposição de fragmentos de caminhos históricos e de saídas de campo percorridas pela região, sua contextualização, suas memórias, e sua notória inserção em uma área da cidade que vem tendo seu cotidiano alterado pelas demandas da *gentrificação*, abrindo, assim, espaço para reflexão sobre a espetacularização da cidade e sua dimensão higienizada, turística e cenográfica.

No capítulo seguinte trago o registro em notas sobre o Parque da Luz a partir da descrição de *passagens errantes e circulação de sentidos* e da existência de “presenças incômodas” pelo espaço estudado, assim como a análise do material captado por meio de *resíduos* encontrados durante as saídas de campo. Trago também problematizações de questões que dão atenção às *errâncias urbanas* (Jacques, 2012) a partir da descrição e análise do cotidiano do Parque, o que metodologicamente

implica em inclinar, com as devidas ressalvas contextuais, os diálogos sobre a cidade empírica aos estudos sobre o *flanêur*, como nos mostrou Walter Benjamin a partir dos caminhos “fora do tempo” de Baudelaire pelas transformações urbanas parisienses ocorridas em meados do século XIX, e que desdobra mais detalhadamente no capítulo 3 que trata do *Fragmento enquanto método*.

O terceiro e último capítulo aprofunda, então, o olhar sobre o corpo e a cidade por meio dos conflitos, transformações, práticas, apropriações e dilemas presentes nos usos e sentidos da cidade contemporânea e os meios de apreensão metodológica de sua complexidade. Este capítulo, reservado ao modo de análise dos corpos e práticas varridas pelo processo de enobrecimento da cidade, se desenha e se (a)risca a partir de um olhar contemporâneo ao método *corpo-a-corpo* esboçado pela arquiteta modernista Lina Bo Bardi e os *resíduos de imagens de pensamento* benjaminianos.

Por fim, esta dissertação sugere a provocação dos limites do campo da arquitetura e do urbanismo ao pensar a cidade como extensão corpórea a partir das políticas urbanas de “embelezamentos estratégicos”, como demonstram Henri Pierre Jeudy e Paola Jacques (2006) em suas reflexões sobre os *Corpos e cenários urbanos*:

As cidades, no contexto de um mercado globalizado, assim transformadas sobretudo devido ao turismo, tornam-se imagens espetaculares, *outdoors*, imagens sem corpos, espaços desencarnados, simples cenários. Resta saber se os passantes, os turistas, os habitantes ou os errantes ao sabor das maneiras diferentes de perceber e apreender as cidades, descobrirão outras sensações corporais e intelectuais neste excesso de reprodução cenográfica do espaço urbano. (JEUDY, JACQUES, 2006. p. 9.)

1 PERCURSOS SOBRE O CAMPO

*"Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem,
principalmente,
que faço parte dessa gente
que pensa que a rua
é a parte principal da cidade."*

Leminski; *Toda Poesia* ; 2013 - [quarenta cliques em Curitiba;
1976]

1.1 Da *Luz* errante à luz em *led*

A proposta inicial desta pesquisa foi consideravelmente redesenhada e se distendeu borrando-se aos arredores do Parque da Luz. Pretendia, inicialmente, estudar as dinâmicas urbanas do desejo por meio de seus *praticantes ordinários* (De Certeau, 1994) e de possíveis paralelos a serem traçados entre a arquitetura dos corpos e da cidade, buscando, com isso, apreender as relações que se desdobravam entre os frequentadores do Parque ao cair da luz do dia.

Meu ingresso no mestrado do PGAU-Cidade possibilitou o avanço e desmembramento da pesquisa que eu havia iniciado e defendido como Trabalho de Conclusão de Curso em minha graduação em Ciências Sociais na UFSC, onde me debrucei e inclinei aos diálogos sobre as *errâncias urbanas e práticas ordinárias* (Jacques, 2012 e De Certeau, 1994) pela cidade como tessitura de uma crítica ao processo de *espetacularização* a qual se encontra a cidade e o corpo no contexto contemporâneo.

A imersão em um curso de Pós Graduação no campo da Arquitetura e Urbanismo da Cidade surgiu para mim, naquele momento, como a possibilidade de abertura e intensificação de uma discussão interdisciplinar sobre o corpo, o espaço urbano e a sexualidade, que

havia me aproximado ao longo de minha pesquisa monográfica de graduação.

Questionava inicialmente a respeito do espaço urbano como extensão corpórea a partir do gênero e da sexualidade enquanto marcadores sociais da diferença na experiência urbana contemporânea, elucidando como homens, mulheres, e outras categorias incabíveis no modelo binário masculino/feminino são apresentadxs a cidade e como isso reflete na experimentação do corpo e da urbe.

Entre caminhos e atalhos percorridos pelas *errâncias* do Parque da Cidade de Brasília – DF, onde realizei trabalho de campo durante o ano que estive em mobilidade acadêmica na Universidade de Brasília – UnB para o que viria a ser meu Trabalho de Conclusão de Curso no retorno à UFSC, pude lançar olhos atentos sobre a *pegação* (PONTES, 2014) que ocorria (e talvez ainda ocorra) em alguns estacionamentos e bosques adjacentes localizados no interior do Parque da Cidade, possibilitando, com isso, a apreensão dos espaços analisados a partir do urbanismo e da arquitetura de Brasília por meio do questionamento sobre o Parque estudado como um espaço de transgressão no contexto de uma cidade planejada e apresentada como modelo do Modernismo.

As questões que pairavam sob minha cabeça passavam pela reflexão sobre possíveis representações de gênero e sexualidades atravessadas pelas políticas sexuais das ruas, dos parques e da diluição das fronteiras entre o público e o privado, procurando analisar, deste modo, de que forma as situações vivenciadas diariamente nos “acazos” do Parque diziam respeito às relações de poder que encontramos nos espaços urbanos marcados por conflitos de alteridade e projetados a partir dos desejos e privilégios masculinos (PRECIADO, 2010).

Entre os dias 5 e 8 de novembro de 2013, sob coordenação da professora Alicia Norma González de Castells e organizado pelo Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural – NAUI do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, ocorreu o II Seminário de Patrimônio Cultural e Museologia, onde pude participar e apresentar um trabalho sobre *a profanação da cidade* dialogando com debates de outras áreas do conhecimento, até então desconhecidas para mim.

Reunindo pesquisadorxs de áreas distintas, o encontro possibilitou um intenso debate fomentado por diferentes olhares sobre as múltiplas formas de configurações urbanas e seus modos de usos e práticas. Durante o Seminário cruzaram-se questionamentos acerca dos processos de revitalização e embelezamento estratégico do espaço urbano, consumo da cidade e lugares praticados, que dialogavam e se

conectavam com o trabalho que eu estava finalizando em minha graduação, permitindo assim a ampliação dos debates sobre os usos e *contra-usos* (LEITE, 2002) da cidade e o meu contato com professorxs e estudantes do Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade - PGAU-Cidade da UFSC.

Dito isso, as questões que se desdobraram de minha pesquisa de graduação me situaram e colocaram em diálogo e aproximação com a professora Alicia N. G. de Castells, abrindo possibilidades para pensar a cidade por diferentes caminhos, olhares, discussões, fluxos e tempos, onde minhas ideias poderiam vir a ganhar fôlego a partir de investigações na linha de pesquisa sobre *Urbanismo, cultura e história da cidade*.

Aprovado na seleção para o mestrado, paralelo às disciplinas que então estava cursando, iniciei o delineamento do campo frente ao desafio de pensar como na prática minha pesquisa iria se desenhar. Vi, então, minha proposta inicial de pesquisa ganhar outros contornos e recortes nos novos percalços e descaminhos que o campo me mostrava, ampliando geográfica e cronologicamente a percepção dos limites do universo da pesquisa ao me deixar guiar pelo espaço estudado, como nos mostrou Carmen Rial (1997) ao analisar *a transformação do espaço social da Lagoa da Conceição* em Florianópolis – SC.

Em julho de 2014, assim que comecei o trabalho de campo na região do Parque da Luz e depois de ter repensado algumas vezes meu projeto de pesquisa, me chamou atenção a transformação urbana que havia ocorrido naquela área, afinal de contas, estava muito diferente do que eu havia notado quando ali estive em dezembro de 2013 buscando informações para compor a proposta de pesquisa enviada à seleção do mestrado.

Os caminhos que davam acesso ao Parque definitivamente não eram os mesmos; os contornos eram outros, a Alameda Adolfe Konder, que dá acesso ao Parque da Luz, havia sido estreitada e as calçadas estavam mais largas na área do Mirante Hercílio Luz, localizado ao lado do Parque e de frente para o Continente com vista para as águas que dividem as Baías Norte e Sul.

Os tapumes e placas sinalizando “Cuidado, estamos em obras” haviam sido retirados, e, como a noite já se aproximava, a nova iluminação em *Led* do Mirante direcionava o foco do novo cenário urbano que havia emergido naquela região do centro da ilha de Florianópolis. Os únicos tapumes que permaneciam ali eram os que cobrem a colossal e lendária restauração da Ponte Hercílio Luz,

interditada parcialmente em 1982, impedindo a passagem de veículos, e em 1991 vetando também a travessia de pedestres, motos e ciclistas.

Meu olhar e minha busca pelas *errâncias urbanas* haviam sido ofuscados por aquela forte luz, a mesma que ilumina toda a orla da Avenida Beira-Mar Norte e outros pontos turísticos da cidade, redimensionando, assim, a lente da pesquisa e apontando literalmente para novos recortes sobre o Parque da Luz, uma vez que, me fez pensar sobre como a iluminação urbana pode parecer funcionar como uma estratégia de controle social, indo de encontro aos estudos sobre o processo de *gentrificação* presente nas cidades contemporâneas. (LEITE, 2010; 2002)

Anteriormente à nova iluminação, a região da Luz a qual me refiro neste trabalho abrigava os estigmas comumente encontrados em áreas centrais históricas degradadas de outras cidades brasileiras, que em sua pouca iluminação continha *contra-usos* qualificados por corpos orientados por diversos tipos de agenciamento: usuários e usuárias de crack, moradores de rua, “flanelinhas”, prostituição ao longo de uma das ruas próximas ao Parque, e os próprios encontros eróticos noturnos entre homens que nele se desdobram a partir do anoitecer.

Esse jogo de luzes aponta para uma dinâmica que, neste primeiro momento, me faz questionar sobre o que se esconde e o que se mostra quando se clareia uma região decadente da cidade, e ainda quais seriam os valores de uma sociedade que entende a luz unicamente como sinônimo de segurança, e qual seria, ainda, a relação que ela cria com a luz e com o escuro, com o que pode ou não ser mostrado e o que deve ser disfarçado no tecido urbano.

Nós, que aprendemos a nos orientar e guiar pelas estrelas e que nos acostumamos a construir mapas e calendários - justificados inclusive pela ciência moderna - observando atentamente o céu e as constelações, da astronomia à astrologia, das estações do ano às marés, acabamos por ver nossos céus serem ofuscados por lâmpadas de *led* - metáfora contemporânea da racionalidade urbana - que clareiam focando e direcionando o olhar, colocando sob suspeita espaços desconhecidos e tudo aquilo que é turvo, que existe na penumbra e sombreado do escuro.

A partir dos conceitos de “espaços luminosos” e “espaços opacos”, Milton Santos (2004) ao compreender o território como um derivado de seus processos históricos e como base material e social de novas experiências das ações humanas, propõe uma geografia ativa que considere o espaço geográfico não apenas como território, mas sobretudo como território usado e modificado por seus habitantes.

Entendendo o espaço para além de suas representações hegemônicas da forma dominante de exercício do poder, o autor pontua que os *espaços opacos* seriam aqueles que não atendem as expectativas da lógica racional produtiva capitalista de investimentos modernizadores, que tornam o espaço apto a atrair atividades que estimulem e movimentem o capital. Em oposição, os espaços luminosos, que podem ser caracterizados por espaços que representam o “progresso” e a modernização, onde o investimento em serviços de infra-estrutura e “iluminação” podem ser compreendidos como o direcionamento do foco de interesse do capital.

Para Milton Santos (2004), “os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais susceptíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas” (p.264). Espaços que, em linhas gerais, expressam e refletem a divisão desigual de condições técnicas de ocupação do espaço e suas tensões inerentes, onde por sua vez também coexistem atividades “menos luminosas”. (p.294)

Com essa troca de lâmpadas muitos porquê se levantam, e, à luz de estudos contemporâneos que tratam do processo de enobrecimento que vive a cidade, pergunto o que estaria implícito nesta dinâmica que ilumina os arredores do Parque. O que ainda a luz pode querer dizer nesses espaços, e como atravessa e reflete os usos e *contra-usos* da cidade?

Nesse novo recorte, onde torna-se possível observar e dar ênfase a cidade envolvida pelas demandas da *gentrificação*, que cristaliza o espaço urbano como uma mercadoria e se faz na exclusão de corpos e práticas culturais que incomodam o enquadre e o foco das fotografias turísticas clicadas nos cartões postais afetados por este fenômeno, me encontro diante do policiamento e da câmera de segurança instalada durante o processo de revitalização do Mirante Hercílio Luz, que irei discutir adiante.

Se anteriormente, na Antropologia, estudei os movimentos de outro Parque através dos corpos e das errâncias urbanas que nele circulavam como forma de tecer uma crítica ao processo de espetacularização urbana, nesta etapa de meu percurso acadêmico, envolto aos estudos desenvolvidos no mestrado e imerso em reflexões sobre a cidade na perspectiva da *gentrificação*, os corpos e práticas varridas neste processo passam a provocar novos questionamentos que pretendo abordar ao longo desta pesquisa.

Partindo deste contexto, torna-se possível abrir campo reflexivo acerca da regulação e controle visual das paisagens urbanas e de seus

contra-usos, que se expressam no planejamento das práticas do urbano por forças hegemônicas que pensam a cidade a partir da construção de espaços luminosos, limpos e higienizados, que apontam para uma dimensão cenográfica e espetacularizada da cidade, atravessada pelas falhas e contradições inerentes aos planejamentos dos espaços urbanos.

Por este caminho, convido a uma reflexão sobre o controle da cidade e dos “impactos visuais” produzidos em um contexto urbano onde políticas públicas de segurança e de higienização representam e legitimam o processo de *enobrecimento* da cidade. Processo este marcado por imposições de padrões hegemônicos estéticos e por conflituosas e violentas limpezas urbanas, que pretendem, dentre outras coisas, apagar os *riscos* ensaiados e qualificados pelas potencialidades dos devires e experimentações pela cidade que se desenham na ruptura da ordem urbana hegemônica. (DE CERTEAU, 1994).

Em busca de micro-resistências urbanas, Paola Jacques (2010) em diálogo com De Certeau, parte da análise de zonas de tensão pela cidade. A autora apreende a complexa relação entre corpo e cidade como um dos caminhos para a busca por “usos cotidianos da cidade que contrariam os usos que foram planejados” para espaços urbanos marcados por processos contemporâneos de *espetacularização* e pacificação. Para Jacques (2012) o fenômeno da espetacularização urbana:

[...] está diretamente relacionada com a pacificação do espaço público, [e] através da fabricação de falsos consensos, busca esconder as tensões que são inerentes a esses espaços e, assim, procura esterilizar a própria esfera pública, o que, evidentemente, esterilizaria qualquer experiência e, em particular, a experiência da alteridade nas cidades. (JACQUES, 2012, p. 14)

Inspirado pelas narrativas que atentam para a *errância urbana* como crítica a cidade contemporânea, trago para a discussão sobre a profanação das ruas e das percepções sobre as transformações urbanas a figura do *flâneur* nas vozes de errantes a partir de suas próprias vivências no corpo por meio de experimentações com a cidade: Baudelaire (1821 – 1867), poeta e teórico francês, que em suas narrativas pessoais, explicitava e questionava o planejamento e a construção da cidade, denunciando a demolição de bairros em palavras críticas à reforma e transformação urbana parisiense de meados do século XIX, e Walter Benjamin (2013), que também teceu um olhar

errático sobre a cidade a partir de sua experiência, narrando, por exemplo, a *História de um fumador de haxixe* pelas ruas de Marselha, na França.

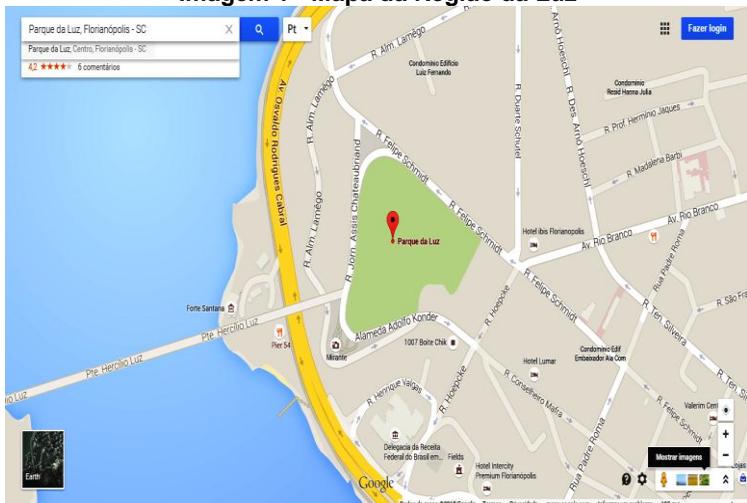
Ambos os autores, e também o olhar da arquiteta e urbanista Paola Jacques (2010; 2012), abrem espaço para investigação da cidade pelo *flâneur*, que recriado em Baudelaire, expressa uma mistura de fascínio e reação ao processo de modernização da urbe, causando o embaralhar de sentidos no contato com a multidão, “um estado de choque, que pode ser resumido como uma experiência da alteridade radical da cidade.” (JACQUES, 2012):

O flâneur de Charles Baudelaire era aquele que não se protegia psicologicamente; justo ao contrário, buscava o choque, buscava a experiência do choque como o Outro, com os vários outros anônimos, a embriaguez da multidão, a relação entre anonimato e alteridade, que constitui o próprio espaço público metropolitano. Mais ainda do que isso, o *flâneur* se distinguia por sua enorme potência crítica (JACQUES: 2012, p. 51)

Torna-se possível, por esta direção sinuosa, apreender a cidade por meio de registros errantes e a partir de uma perspectiva crítica aos discursos hegemônicos sobre arquitetura e urbanismo, que considere o espaço urbano construído pelo movimento, pela potencialidade das curvas e riscos, pelos seus fluxos, contra-fluxos, usos e *contra-usos* que tornam turvas a nova iluminação urbana acesa pela *gentrificação*.

Neste sentido, antes de adentrar ao Parque da Luz considero relevante recompor alguns caminhos percorridos até chegar ao *locus* da pesquisa, trazendo sua relação com o entorno do Parque e com as camadas sobrepostas de memórias encontradas na região da Luz.

Imagem 1 - Mapa da Região da Luz



Fonte: Google Maps

Imagem 2 - Caminhos pelo entorno do Parque



Fonte: Google Maps

1.2 Recortes sobre a Luz

O Parque da Luz, localizado na área central da ilha de Santa Catarina - Florianópolis, à cabeceira insular da interditada Ponte Hercílio Luz e contornado pelas ruas Felipe Schmidt e Adolfo Konder, está inserido em uma região “escondida” e antes “apagada” no centro da cidade.

Rodeado por hotéis e edifícios de alto padrão, pelo Mirante e Praça Hercílio Luz, pela FLORAM (Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis) e pela sede do AAPLuz (Associação dos Amigos do Parque da Luz), e também pelos tapumes pichados e grafitados que cercam as obras de reabilitação da Ponte Hercílio Luz, o Parque da Luz, tradicional ponto de lazer cotidianamente ocupado por moradores e moradoras dos arredores e também frequentado por turistas e usuários de outras localidades da Ilha e do Continente, ocupa uma área de aproximadamente 37.435 metros quadrados e possui alguns atrativos espalhados por toda sua extensão, como campo de futebol, parquinho infantil, bancos, balanços pendurados por algumas árvores, bambuzais, totens, e grafites nos muros que separam uma das bordas do Parque dos prédios residenciais encontrados em parte de seu entorno.

Imagem 3 - Tapumes que cercam as obras de reabilitação da Ponte Hercílio Luz



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 4 - Totem Pachamama no interior do Parque da Luz



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 5 - Balanço em uma das árvores no Parque da Luz



Fonte: Acervo do Autor

À luz do dia, cruzamos com facilidade com muitas pessoas passeando com seus cães de estimação e com crianças brincando pelo Parque; encontramos também com algumas pessoas fazendo *pic-nic*, com casais namorando e com funcionários lanchando ou fumando um cigarro no intervalo do trabalho, ou ainda com pessoas fumando seus cigarros de maconha.

Como o Parque não é cercado me perguntava qual seria então a sua entrada. Os passantes que atravessam o Parque, seja como atalho ou caminho permanente, para irem ao trabalho ou para a escola, ou apenas para caminhar pelo centro da cidade ou pelos “acazos” do Parque, me indicavam diferentes e múltiplos caminhos de acesso. Dois totens modelados pelo artista Polo, posicionados nas duas das laterais do Parque – um de frente para a Felipe Schmidt e o outro para a Alameda Adolfo Konder - sinalizam a direção que dá acesso ao interior do Parque, porém, foi possível observar pessoas entrando no Parque por diferentes caminhos, não necessariamente apenas seguindo as “entradas comuns”.

Imagem 6 - Entradas do Parque da Luz pela Adolf Konder



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 7 - Rua Felipe Schimdt e uma das entradas do Parque



Fonte: Google Street View

Nos arredores do Parque, construções e desconstruções, ruas e avenidas redimensionadas, prédios e casas implodidas, abandonadas ou

ocupadas, pessoas e experiências multidirecionadas deslocando-se em diferentes frequências guardam fluxos, dinâmicas e rotinas diferenciadas, recheadas de relações que preenchem e (de)formam o espaço urbano, e apontam para uma reflexão que entenda, que ali mesmo, “na região da luz”, é possível visualizar e assistir demonstrações de intimidades, tensões, afetos e dinâmicas que subvertem a lógica dominante sobre ocupação e significação dos espaços urbanos.

Antônio Arantes (2000) sobre o que ele denomina de *a guerra dos lugares* e as transformações do espaço público, em seu livro *Paisagens Paulistana*, discute e complexifica alguns conceitos e categorias antropológicas, tais como identidade, território, lugar e não-lugar, . Para o autor, nos espaços urbanos há uma multiplicidade de espaços limiares que têm forçado a Antropologia a repensar sistematicamente essas categorias de análise. Esses espaços limiares têm como característica a efemeridade e fluidez, e os sujeitos inseridos nessas dinâmicas urbanas ocupam papéis diversos, não podendo ser facilmente delineados a partir de conceitos estáticos ou estruturas de análise meramente dicotômicas.

Chamando atenção para os espaços limítrofes, o autor anuncia que muitos aspectos da sociedade podem ser compreendidos por este caminho, onde podem ser observadas percepções diversas sobre o espaço urbano. Esses espaços também esboçam relações afetivas que provocam tensionamentos políticos e práticas discursivas que dizem muito sobre como nossas sociedades são constituídas. Segundo Arantes,

O deslocamento excita a imaginação, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social. [...] A lembrança constitui o trajeto, obscurece as distâncias, estabelece relações. O caminhar permite a recolha de fragmentos de histórias pessoais e do lugar. [...] Neste sentido, caminhar pela cidade é decifrar aos poucos, e pelo movimento, um palimpsesto. (ARANTES: 2000; p. 119-121)

Um ponto que merece uma peculiar atenção e que de certa forma reorientou este novo olhar afetado pelas luzes em *led*, como dito anteriormente, é a inauguração do Mirante Hercílio Luz que ocorreu após sua revitalização, em 31 de janeiro de 2015.

Os elogios noticiados em tom efusivo pela mídia local, que cobriu o evento oficial de inauguração, mostraram a reunião de empresários, políticos e moradores dos arredores do Parque para aplaudir e fotografar o novo Mirante. Como noticiado em um jornal às vésperas da inauguração do empreendimento:

O projeto de revitalização de um dos locais mais visitados por turistas na Capital começou a ser idealizado em junho do ano passado e ficará pronto em 31 de janeiro, com a perspectiva de humanizar o local. “Preservando o valor histórico do local, o mirante recebe reforma nos bancos de época, recuperação do monumento central, pintura no guarda-corpo e gazebo, novas calçadas de basalto, nova iluminação, além de câmeras de vigilância para garantir melhor segurança local. O projeto contempla ainda novas e amplas calçadas nos dois lados da alameda, com bicicletário, lixeiras, sinalização e paisagismo”, disse o diretor superintendente da Koerich Imóveis, Walter Silva Koerich. Para valorizar e ampliar o espaço do passeio público, a via de carros teve que ser reduzida e aprovada pelo Ipuf (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). A Alameda Adolfo Konder, que era uma rua de 17 metros de largura, foi reduzida para 8,5 metros. Segundo Juliana Castro, arquiteta da Jardins e Afins, contratada pela Koerich Imóveis, essa mudança não prejudicará o trânsito local, que é de tráfego lento. Como comparação, ela cita que as vias da 401, no Norte da Ilha, têm 7,8 metros de largura. A via larga servia, muitas vezes, como estacionamento e, agora, o número de vagas foi reduzido priorizando os pedestres. “O objetivo é facilitar a caminhada e colocar o ser humano em primeiro plano. Perdemos algumas vagas de estacionamento, mas vamos ganhar um espaço maravilhoso na cidade, colocando o coletivo na frente do individual”, afirmou Juliana. O estacionamento em frente ao mirante já não era permitido. “Mas para estacionamento de vans e ônibus de turismo, área adequadas estarão sinalizadas, bem como para carros de passeios, evitando a obstrução visual que vinha ocorrendo todos os dias com veículos particulares

estacionados nos dois lados da via”, disse Koerich. (Alves, 2014).

A mesma reportagem trouxe também uma nota dizendo que uma “Área do Parque da Luz também passa por revitalização:

Além do mirante, a Koerich está reformando uma parte do Parque da Luz. A iniciativa faz parte do projeto Boa Praça, que tem como objetivo adotar, revitalizar e manter áreas públicas no entorno de empreendimentos da empresa. As intervenções do projeto objetivam melhorar o ambiente destas regiões, transformando regiões degradadas em áreas limpas, conservadas e aptas ao convívio social. O investimento é em iluminação, acessibilidade, paisagismo e, quando necessário, chega a realizar afastamento e alargamento das ruas. O Projeto Boa Praça já revitalizou locais como a praça da rótula do CIC (Centro Integrado de Cultura), na Trindade; a praça Dom João I, na Avenida Gama D’Eça; e a praça do Parque São Jorge. Além da revitalização, o projeto contempla ainda limpeza e manutenção do local após entrega. (Alves, 2014).

Imagem 8 - Perspectiva de como ficará o mirante após revitalização



Fonte: Alves, 2014.

Imagem 9 - Mirante da ponte Hercílio Luz passa por completa revitalização



Fonte: Alves, 2014.

Como podemos notar, a região da Luz, localizada em uma área estratégica aos roteiros turísticos, que imprimem a cidade em formato cartão-postal, teve sua paisagem redesenhada e requalificada, e agora vem experimentando a revisão de valores especulativos econômicos, culturais e morais que foram recalculados junto ao projeto do novo tecido urbano, tendo em vista que tais transformações têm abalado e alterado o cotidiano urbano da região estudada.

Outra reportagem noticiada pelo mesmo jornal três meses após a publicação da matéria aqui abordada anteriormente, mostra que após a revitalização do Mirante, a região tem atraído visitantes, “enquanto o Parque da Luz aguarda reforma”:

[...] com a revitalização do mirante, realizada pela Koerich Imóveis e inaugurada em janeiro, a entrada Sul do Parque da Luz, junto à Alameda Adolfo Konder, também foi reformada. O local recebeu um parquinho infantil, além de poda nas árvores e capinagem. Mas sem intervenções do poder público, a Associação de Amigos do Parque fica à espera de melhorias na iluminação do espaço e também na implantação do IpuF. (Oliveira, 2014).

Com o espaço urbano estampado e catalogado em reportagens como nas mostradas acima, os discursos midiáticos que se apresentam sob o monopólio das empresas de telecomunicações, que podem ser pensados como um importante aliado do processo de *gentrificação*, vendendo imagens valorizadas da cidade e construindo e legitimando discursos que representam esta dimensão cidade-negócio e os interesses que o envolvem, acabam por traduzir o urbano como sinônimo de espetáculo. (JACQUES, 2012).

De acordo com o Estatuto da Associação dos Amigos do Parque da Luz - AAPLuz², fundada em 13 de maio de 1986, no Art 2º alguns dos objetivos da Associação se mostram relevantes para entender as negociações que rodeiam os pretensos usos do Parque e seu entorno:

II - Defender a implantação e manutenção do Parque da Luz, ao longo do tempo, preservar e constituir reserva de área verde vital à salubridade urbana de Florianópolis, preservando os horizontes visuais da Ponte Hercílio Luz, a memória e a cultura urbana, constituindo um espaço público que pôr suas características é único na cidade – ponto de encontro harmônico entre o homem e a natureza -, destinado à atual e às futuras gerações;

III - Participar na elaboração dos planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no Parque da Luz em seu entorno, assim como, acompanhar e fiscalizar a implantação e o gerenciamento do mesmo;

VI - Firmar contratos, celebrar convênios e acordos com organismos nacionais e internacionais, visando buscar recursos para a consecução do Parque da Luz e a realização dos objetivos deste e da AAPLuz.

Neste sentido, a revitalização do Mirante viabilizada pela empresa Koerich Imóveis recompõe o jogo de forças de interesses, propostas e estratégias sobre os espaços da cidade, que a partir de aproximações com a iniciativa privada, como a do projeto Boa Praça³, destina a cidade aos interesses do capital privado, e literalmente imprime na cidade a marca de suas empresas.

Em saída de campo em junho de 2015, ao caminhar pelas ruas próximas ao Parque foi possível notar diversos pontos “em obras”, que pareciam indicar uma paisagem urbana em transformação e

² Disponível na íntegra nos anexos.

³ Em parceria com empresas da iniciativa privada, o Projeto apreende a revitalização de pontos considerados importantes e relevantes aos fluxos econômicos da cidade.

verticalização. Casarões antigos sendo demolidos e dando lugar a especulação imobiliária e a ocupação desses lugares por modos de vida enobrecidos por meio de acordos firmados para controlar e “limpar” os usos do espaço urbano.

A Rua Conselheira Mafra, que atravessa meu campo de estudo e também uma significativa parte do centro da cidade, ligando a Praça XV às proximidades do Parque da Luz, e que, aliás, como demonstra Juliana Losso (2010) em seu estudo sobre os itinerários, as territorialidades e as dinâmicas que envolvem as práticas do comércio sexual das profissionais do sexo em Florianópolis, abrigou transformações ao longo do seu percurso histórico e, ainda hoje, preserva sua “má fama” por abrigar a “poluição” do centro histórico da cidade, especificamente em suas extremidades. Em uma descrição detalhada sobre esta região, a autora nos apresenta um olhar atual sobre “a Conselheiro”:

Esta rua termina na Igreja de Nossa Senhora do Parto, revitalizada após uma longa reforma. É na rua Conselheiro Mafra que se situa a maior concentração de edificações tombadas do Centro Histórico de Florianópolis e, desde 2002, um dos sobrados que abriga um órgão administrativo da Prefeitura Municipal [...] No imaginário da comunidade urbana de Florianópolis “a Conselheiro”, como é chamada essa rua para os mais íntimos, foi sempre reconhecida na memória coletiva por abrigar inúmeras “casas de tolerância” (NONNENMACHER, 2002; FERRARI, 2008, PEREIRA, 1996). Como ainda, algumas prostitutas resistem ao tempo, exercem ali sua profissão, alugando dormitórios que servem como locais de seus programas. [...] O final da Conselheiro Mafra abriga um comércio de pequenos bares e lanchonetes a preços acessíveis, lojas de peças para fogão e geladeira, uma farmácia de manipulação, roupas da moda e bazares de todos os tipos. Um lugar singular que, segundo a opinião de algumas de minhas primeiras interlocutoras que “faziam ponto” em frente, e com as quais mantive contato por um certo tempo de minha etnografia: “Aqui é discreto, não é lugar de passagem, só vem aqui quem precisa de alguma coisa mesmo!” (LOSSO, 2010, p. 38)

O final da Rua Conselheiro Mafra, que segue como Alameda Adolfo Konder, é um dos caminhos que dá acesso ao Mirante e ao Parque da Luz, e pode-se dizer que configura uma região historicamente marcada como um lugar de transgressões. Juliana Losso (2010), ao refletir sobre o espaço urbano da região central de Florianópolis por meio dos códigos locais de conduta que são transgredidos na urbe, abre espaço para reflexão acerca das investidas “dos poderes públicos locais de instaurar em seus territórios um controle moral e simbólico da circulação urbana, assim como, da dinâmica sensorial que a animação das ruas e de seus cantos e recantos evocam em seus habitantes”:
(LOSSO, 2010, p.111)

Imagem 10 - Rua Conselheiro Mafra



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 11 - Rua Conselheiro Mafra e obras acontecendo

Fonte: Acervo do Autor

Entendendo a relevância cultural e simbólica da apreensão da memória coletiva que retrata o comércio sexual de Florianópolis, a autora remonta os caminhos, deslocamentos e táticas do espaço entendido como lugar praticado (De Certeau, 1994) e marcado pelas trajetórias sociais negociadas nesses percursos, tornando possível, com isso, pensar os movimentos da estética urbana “em nome do progresso” e a partir da alteração dos contornos, das limpezas e higienização das ruas do centro da cidade. (LOSSO, 2010, p.146)

Como coloca a autora, a região central de Florianópolis na virada do século XIX para o XX era caracterizada como uma área de comércio popular, de “vagabundagem”; lugar “do encontro do estranho e do desconhecido” (134). Em diálogo com estudos que abordam as transformações urbanas ocorridas na região central da Ilha e que mostram claramente quais eram os corpos e práticas alvo de políticas de higienizações e mudanças da paisagem urbana, Losso (2010) pontua que:

Esta região de Florianópolis era habitada, preponderantemente, por populações mais pobres

e simples da comunidade urbana local (muitos negros e mulatos), reunindo meretrizes, pescadores, lavadeiras, serviçais de toda a sorte e até biscateiros que tinham por ofício realizar os trabalhos braçais de transporte de mercadorias, água e compras para as famílias da elite local, além do transporte de animais e de carroças. [...] Os motivos se relacionavam ao fato destes locais serem identificados como os principais focos das epidemias na cidade e por que o estilo de vida das personagens que aí se enraizavam (afrodescendentes, índios, mendigos, imigrantes, os *bon-vivants*, idosos, pobres, bodegueiros, meretrizes, biscateiros, etc.) era visto como uma ameaça às famílias das classes mais abastadas que moravam nos casarões próximos a praça XV de Novembro (LOSSO 2010 apud RODRIGUES, 2005, p.137-138).

Sobre a questão das transformações urbanas ocorridas em Florianópolis. é relevante a contribuição de Nelson Popini Vaz (1991) a respeito da dimensão do *espaço público do ritual* para análise do centro histórico da cidade. O autor expõe uma reflexão sobre o uso e as expectativas do espaço público no decurso do processo de modernização da ilha.

Os indícios mais evidentes da modernização expressos na arquitetura e no espaço urbano do Centro Histórico surgiram marcados em sua paisagem pelo intenso trabalho da construção civil. Eram a verticalização das edificações, a ocupação de todos os vazios, o avanço sobre o mar e as encostas, a construção de grandes obras de infra-estrutura e transportes, etc. Também transpareceram mudanças nas atividades que a população exercia nesta área: o seu adensamento, a perda do sentido paroquial nas relações sociais, a especialização em atividades comerciais, de serviços e gestão pública e o deslocamento da função residencial para fora do Centro Histórico.(VAZ, 1991; p. 48)

As transformações urbanas ocorridas no centro de Florianópolis com a construção da Ponte Hercílio Luz entre 1922 e 1926

desencadearam um “processo singular de nomadismo” das regiões de prostituição do centro da cidade em direção à região dos altos da Conselheiro Mafra e proximidades à cabeceira da Ponte Hercílio Luz, que passava, com a construção da Ponte, por reformas urbanas que impunham “processos de re-invenção da antiga vida urbana, a qual era marcada pela presença de mendigos, prostitutas, loucos, vagabundos, proxenetas, ciganos e capoeiristas, tratados, nos primórdios da cidade republicana, como “antinorma” e casos-limite de “crimes contra a saúde”. (LOSSO, 2010, p.142)

A Ponte Hercílio Luz, hoje alegado cartão postal da cidade, foi projetada por David Stillman e à época representava o maior vão suspenso da América Latina e o primeiro acesso terrestre que ligava a ilha ao continente. (CASTRO, 2002, p 42). Inaugurada em 13 de maio de 1926, a Ponte estava inserida em um cenário urbano onde os valores modernistas esboçavam e (re)construíam a cidade por meio de reformas, embelezamentos e “limpezas” urbanas através de obras de saneamento que seguiam o modelo urbanístico francês. (CASTRO, 2002, p.41)

No local onde hoje está localizado o Parque da Luz encontrava-se o primeiro Cemitério Público do Desterro, hoje Florianópolis. Com proposta de apresentar alguns resultados da pesquisa realizada para o NUCOMO (Núcleo de Investigações em Configuração e Morfologia na Arquitetura e no Urbanismo PGAU-ARQ-UFSC), Elisiana Castro e Alicia N. G. de Castells (2007) recompõem os percursos do movimento de transferência do Cemitério para uma região antes considerada distante do centro da cidade, onde hoje está localizado o bairro Itacorubi.

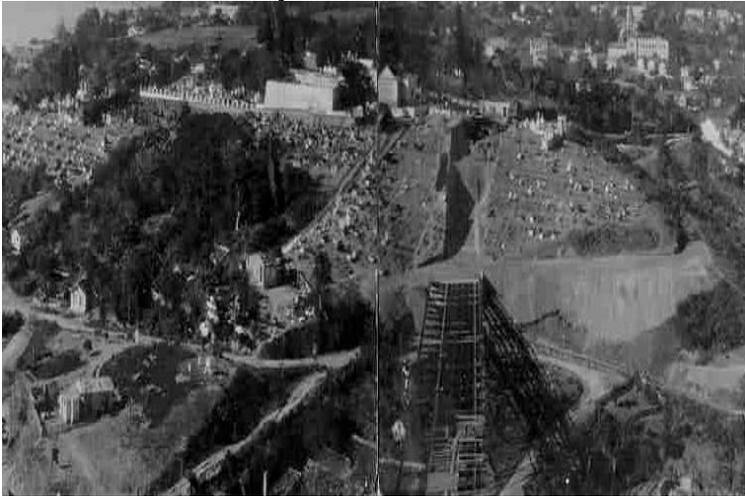
As autoras questionam o lugar do cemitério e do patrimônio no contexto de expansão urbana e de consolidação de referenciais de memórias da capital catarinense, e trazem o cenário de transformações urbanas, que impulsionadas por discursos higienistas colocavam o primeiro Cemitério Público da cidade - inaugurado em 1841 e que em 1869 teve o cemitério da comunidade alemã colocado ao seu lado - no caminho das limpezas urbanas e de saneamentos que visavam eliminar o que era considerado “sujo” e “feio”:

O cemitério da comunidade alemã foi inaugurado ao lado do primeiro cemitério público da capital em 21-02-1869, no local onde hoje vemos o Parque da Luz, com portão de ferro encomendado da Alemanha, sendo convidados para a cerimônia tanto os luteranos e como outras confissões religiosas. [...] O cemitério surge para dar local de

sepultamento aos luteranos residentes em Desterro, já que professar a fé protestante em terras de reconhecido domínio de católicos, não era algo fácil. Os luteranos eram tolerados, desde que celebrassem seus cultos em lugares que não e parecessem com igrejas e não podiam enterrar-se dentro das igrejas com os fies católicos e com o surgimento de cemitérios públicos, também sofriam restrições em seus sepultamentos (MATOS, 2006) [...] Sobre a instalação do cemitério alemão junto com o segundo cemitério público da capital no bairro de Itacorubi é preciso destacar o contexto de transformações urbanas sofridas na cidade de Florianópolis no período que levou ao deslocamento desse cemitério para uma área considerada distante do centro da capital para as referências espaciais da época. O começo do século XX trouxe importantes mudanças no meio urbano da cidade: construções como praças, casas e a destruição de casarios e alargamento de becos, reformas que mudaram sua fisionomia redesenhando novas feições ditadas pelos ares da modernidade. Entre os novos projetos para a cidade, estava a construção da Ponte Hercílio Luz, que iria ligar a capital de forma mais eficiente à parte continental, ligação que até então era feita por balsas. Mas para construir a ponte, foi preciso transferir o primeiro cemitério público da capital e o cemitério alemão instalado no alto do Morro do Vieira, respectivamente em 1840 e 1868, para construir a sua grande cabeceira. Os dois cemitérios que ocupavam o alto do morro na entrada da cidade formando uma grande área cemiterial causavam desconforto para os moradores locais e eram recorrentes os pedidos de retirada desse lugar. Diversas fontes documentais apontam discursos que pediam a retirada do cemitério por considerar que este era insalubre, mal localizado, lotado, entre outros. Com as obras da ponte, em 1923 o primeiro cemitério público de Florianópolis e o cemitério alemão, começam ser transferidos do Morro do Vieira, próximo ao centro da cidade para um bairro distante cerca de 6 km (CASTRO; CASTELLS, 2007).

Neste cenário urbano em intensas transformações, o Cemitério no centro da cidade passava a ser considerado desagradável e incômodo à estética modernista que se cristalizaria com a construção da Ponte Hercílio Luz, sendo transferido efetivamente para outra localidade um ano antes da inauguração da Ponte.

Imagem 12 - Cemitério Público em processo de transferência durante a construção da Ponte Hercílio Luz



Fonte: Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por profundas modificações e deslocamentos no sentido de representação e estruturação do espaço urbano. As estruturas pré-fabricadas de ferro e as experiências com o vidro possibilitaram a criação de espaços valorizados pela sua amplitude e iluminação. Os aterros redimensionavam a paisagem urbana, as casas de prostituição da capital durante a década de 40 tornavam-se alvo de “leis que proibiam suas aberturas e que visava uma cidade limpa e organizada” (Losso, 2010), e a construção da Ponte Hercílio Luz representava uma referência que indicava a abertura da cidade aos “prestígios” metropolitanos modernos.

Sobre as *mutações urbanas em uma cidade insular*, dissertação de mestrado defendida por Sandro Costa (2002) pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFSC, a atenção se dá pontualmente às mudanças ocorridas no centro urbano de Florianópolis com a construção da Ponte Hercílio Luz, permitindo a recomposição dos fluxos que

abrigavam as vias próximas à Ponte e que passariam a ser as principais ligações e escoamento do tráfego em direção ao centro da cidade.

O autor ressalta que a construção da Ponte, a primeira ligação rodoviária que conectaria a Ilha ao continente, implicou em “transformações no meio urbano, onde atividades que antes eram desenvolvidas desaparecem gradativamente como, por exemplo, a baldeação de produtos, como farinha de mandioca, aguardente, açúcar, madeira.”.

A análise do autor abarca também as principais ruas da região central da ilha, como por exemplo, a Conselheiro Mafra e a Felipe Schimidt, que dão acesso ao Parque da Luz e a cabeceira da Ponte, e que tiveram suas características funcionais modificadas neste cenário de diversas outras transformações sociais e urbanas que marcavam a mudança do século XIX para o XX, e que Florianópolis também passava a experimentar:

Dentro deste quadro, verifica-se em Florianópolis mudanças sociais e de infra-estrutura urbana, com especial destaque à implementação da iluminação elétrica, a partir de 1910; calçamento e alargamento de ruas; implementação do sistema de esgoto sanitário (1906-1913). Neste panorama de mudanças da estrutura urbana de Florianópolis enquadra-se a Ponte Hercílio Luz (1922 - 1926), que teve implicação direta na dinamização do transporte motorizado na cidade. [...]A ponte é entendida, desta forma, não só como elemento que provoca mutações, mas também como inserida em um quadro mais amplo de mudanças no meio urbano da capital catarinense. Todas as transformações podem ser analisadas como tentativas em fazer da cidade um ambiente moderno e disciplinado, caracterizando o período do final do século XIX e início do século XX, época de intensas transformações culturais, urbanísticas e econômicas locais e nacionais. (COSTA, 2002, p. 2)

Na perspectiva das transformações urbanas ocorridas no centro da Ilha, Adilson Moreira e Luiz Eduardo Teixeira (2012) analisam as *vias pedonais*, os “calçadões”, como espaços de sociabilidade e expressão da modernização da cidade. Por meio de reflexões sobre os usos dos espaços urbanos e suas memórias coletivas, os autores elucidam o

envolvimento de vários agentes e classes sociais nas negociações e construções dos espaços da cidade.

Especificamente sobre a Rua Felipe Schmidt, demonstram que a construção da Ponte Hercílio Luz consolidou a rua como principal via de acesso à Ponte e ao centro, onde estavam concentradas a Praça XV, o Mercado Público e algumas casas comerciais. Inicialmente conhecida como Rua dos Moinhos de Vento, a Rua Felipe Schmidt em 1976 teve uma de suas extremidades, entre a Praça XV e a Rua Jerônimo Coelho, transformada em “Calçadão”, “constituindo-se no ponto mais movimentado da capital.”

Em meio a estas sobreposições de histórias e caminhos, atualmente, as demolições e construções que rodeiam a região da Luz no centro de Florianópolis configuram o espaço urbano em movimento e transformação, impulsionado pelas expectativas do consumo urbano e da adequação da cidade aos padrões estéticos demandados pelo capital, que muitas vezes excluem ou pasteurizam seus habitantes ao pensarem um tipo idealizado de cidade, e como nos mostram os autores:

Uma cidade sem seus habitantes é apenas um espaço preenchido de vazios. O movimento dos passantes, as cores, as formas, as funções, todos estes elementos em conjunto dão vida à cidade, suas singularidades e sociabilidades reúnem a todos e estabelecem características que a faz ser o que é, uma cidade única, espaço de sociabilidade urbana. Este é o significado do Centro Histórico e da centralidade de seus monumentos e vias pedonais. (MOREIRA; TEIXEIRA, 2012, p. 167)

Imagem 13 - Cruzamento da Conselheiro Mafra com a Rua Hoepcke



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 14 - Rua Hoepcke



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 15 - Seguindo pela Rua Hoepcke



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 16 - Rua Hoepcke e alguns pontos em obras



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 17 - Rua Hoepcke, "Cuidado, estamos em obras"



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 18 - Rua Felipe Schmidt e obras acontecendo



Fonte: Acervo do Autor

1.3 Ruídos da gentrificação

Entendendo que as transformações e “melhoramentos” urbanos alteram significativamente as dinâmicas do cotidiano da cidade e colocam em evidência os conflitos inerentes aos espaços públicos, tomo como ponto de partida esta relação conflituosa (Delgado, 2007) de interações híbridas negociadas no espaço urbano, que perpassam tanto o corpo quanto a cidade.

Por este caminho, onde a arquitetura e o urbanismo são apreendidos como interface da vida social, discursos transversais a respeito das *reabilitações urbanas na cidade contemporânea* emergem nesses “novos” movimentos, deslocamentos, (des)mapeamentos, e *formas de apropriação da cidade*. (CASTELLS, 2012; LEITE, 2010)

A arquiteta e antropóloga Alicia N. G. de Castells (2012) elucida “o efeito de *homogeneização* presente nas reabilitações do tecido urbano de nossas cidades” e abre espaço para reflexão sobre as lógicas espaciais em tensão na cidade contemporânea.

Ao discutir o fenômeno da *gentrification*, a autora nos mostra que o processo de enobrecimento e (re)valorização de bairros históricos decadentes por usuários não residentes, que muitas vezes visam “resgatar” e “revalorizar” as especificidades culturais locais, e que, como desdobramento “resulta em áreas urbanas ocupadas e frequentadas por novos consumidores” e novos valores econômicos e morais, onde segundo a autora:

O processo de gentrificação (ou enobrecimento) generalizado em áreas degradadas em nossas cidades – é uma prática conhecida pelas ações desenvolvidas pelas políticas públicas em convivência ou com fronteiras pouco nítidas com as forças do capital privado. [...] As revitalizações podem ser feitas tanto em centros históricos, ruas, bairros tradicionais, até na realização de benfeitorias em áreas periféricas, cumprindo, às vezes, o papel de “higienizador” dessas mesmas áreas. (CASTELLS: 2012, p. 22)

Estas transmutações do tecido e das dinâmicas urbanas em nome de uma cidade *espetacularizada* se fazem por meio da intensificação do controle social e de novas formas de exclusões, maquiadas em

eufemísticos termos - tais como, “revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo ‘renascença’, [que] na realidade encobrem a retomada do centro das cidades pelas camadas afluentes das cidades” (CASTELLS, 2012, *apud* O.ARANTES, 2000).

O processo de gentrificação, analisado sob o viés contemporâneo da “revitalização” urbana, também é discutido por Rogério Proença Leite (2010; 2002) a partir de uma crítica ao ideal de adequação e entrega das cidades às demandas do consumo urbano e aos fluxos do turismo *mainstream*.

Leite (2010; 2002) recompõe os caminhos das reformas urbanas parisienses empreendidas pelo então prefeito Barão de Haussmann em meados do século XIX, que consistia, por meio de um “embelezamento estratégico”, em um projeto político higienista de adequação da capital francesa a um ideal de cidade moderna e industrial, que além de expulsar os mais pobres do centro da cidade, pretendia, em linhas gerais, disciplinar e controlar os usos do espaço urbano por meio da abertura de grandes e largas avenidas, o que facilitaria o controle de possíveis barricadas e outros “distúrbios urbanos”.

Nesse sentido, colocando as devidas ressalvas sobre a contextualização de sua análise, aborda o “princípio social higienizador” de herança haussmanniana, orientado por discursos sanitaristas, estéticos e militares, e inclina esta reflexão ao caráter visivelmente segregador que marcam as atuais modificações urbanas que ocorrem em algumas cidades brasileiras.

Segundo o autor, as intervenções no tecido urbano retratam a lógica de transformações do patrimônio cultural em mercadoria – que têm guiado as políticas de restauração e revitalização “que tanto pode referir-se à reabilitação de casarios antigos como pode englobar construções totalmente novas” -, como observou em seu trabalho sobre o caso do Bairro do Recife antigo, a “Paris pernambucana”, onde o novo traçado urbano executado anunciava, além da adesão ao modelo urbanístico francês, também a construção da moderna paisagem do bairro a partir de uma intenção pontualmente situada:

Esses objetivos sinalizavam, desde o início, o quanto a proposta estava voltada ao incremento da economia local, pretendendo tornar o Bairro do Recife um complexo *mix* de consumo e entretenimento. De igual modo, a noção de um espaço de “espetáculo urbano”, que iria caracterizar todo o plano, é um indicador

importante da presença de uma política de *gentrification*, na medida em que confirma o foco predominantemente econômico das ações previstas, bem como o tipo de uso esperado para cada uma delas, a partir de redefinições da noção de valor cultural (LEITE: 2002: p. 118)

O foco direcionado pelos investimentos públicos e privados a determinados espaços da cidade trazem à luz tensões e instabilidades entre as negociações e projeções das forças hegemônicas sobre o espaço público. Estas intervenções no tecido/cotidiano urbano tropeçam em espaços já qualificados pelas potencialidades das experimentações diárias pela cidade, que se desenham justamente nas “práticas, usos, astúcias e táticas cotidianas que desviam, alteram ou jogam com os mecanismos autoritários da disciplina”. (DE CERTEAU: 1994).

No decurso do desenvolvimento e processo de intensificação do capitalismo, onde algumas cidades brasileiras adequavam-se aos anseios e “necessidades” desenvolvimentistas, passava-se, então, a conceber cidades que “oferecessem serviços, que concentrassem as unidades produtivas, que congregassem o mercado consumidor e que organizassem e disciplinassem uma massa trabalhadora”, como nos mostra Rafael Sêga (2000) ao analisar *os melhoramentos urbanos como estratégias de dominação social*, que pretendiam inserir à paisagem urbana a integração e assimilação de valores modernos em forma de projetos civilizatórios e higienistas.

Os discursos dissonantes que conectam as políticas de higienização com as políticas de segurança apontam para “o papel do Estado como instrumento de intervenção ideológica” na afirmação de uma concepção de cidade que se construía enquanto *lócus* da ordem, do progresso e da consolidação do poder burguês. Para Sêga (2000), as contradições presentes nos cenários urbanos “em desenvolvimento” refletiam espaços urbanos marcados por opressões e condições desiguais de habitação.

Com isso, o autor inclina sua reflexão ao olhar de Henri Lefebvre (2006) sobre a cidade encarada como expressão mais avançada da dominação social e meio de transmissão capitalista, e pontua que “os melhoramentos faziam parte da construção dessas barreiras, pois as classes dominantes, ao se apoderarem do aparelho do estado, passavam a remodelar a cidade de acordo com seus anseios e interesses próprios”.

Segundo Lefebvre (2006), a industrialização e urbanização como características da sociedade moderna se desenham em meio a espaços

potencialmente conflituosos, justamente por se tratar do espaço urbano pensado também como cenário político da utopia contra a lógica de produção de uma cidade a serviço do capital.

A discussão aberta por Lefebvre se desdobra em uma crítica ao urbanismo positivista, possibilitando pensar o rompimento com certas tradições consolidadas no decurso do movimento modernista, que refletia um contexto urbano marcado pelo impacto de estratégicas transformações urbanas em algumas cidades brasileiras, onde as dinâmicas urbanas eram redesenhadas a partir de códigos e valores sociais e políticos que refletiam interesses estrategicamente localizados.

Este cenário de transformações culturais anunciava a profanação da literatura, das artes, do teatro, da arquitetura e do uso da cidade, e se tornava palco de entusiasmos e embriaguez vivenciados pelo novo homem moderno metropolitano. A cidade moderna de base psicológica elucidada na clássica análise de George Simmel (1973) que abrange a personalidade do homem metropolitano abrigava uma dinâmica de transformações urbanas e de preservação da intimidade, que se construía no choque anestesiado com essa nova cidade que emergia.

Deste modo, a cidade pensada a partir da relação estrutura e indivíduo se consolida por entre o urbano atravessado pelo econômico e pelo individualismo – personificado na frieza e indiferença da *atitude blasé* do homem metropolitano frente às transformações do tecido e do cotidiano urbano. (SIMMEL, 1973)

Longe do enquadre de fotografias turísticas, a cidade contemporânea se mostra e se faz também distante de valores racionais e esterilizados que pretendem orientá-la e ordená-la. Multidão, hibridez, anonimato e alteridade passam a ser pensados como constituinte do espaço público metropolitano em seus devires e experimentações, e marcam as potencialidades da busca pelo choque com o “outro” que a vida na metrópole possibilitaria.

Assim, indo além da reação anestesiada produzida pelo choque do homem com a metrópole em sua áurea moderna como nos mostrou Simmel (1973), quando pensamos o contexto urbano contemporâneo em sua dimensão *espetacularizada* e idealizada como território de exibição e exploração cultural, não podemos ignorar que intrínseco às dinâmicas hegemônicas da gentrificação, coexistem *contra-usos*, *errâncias*, *riscos*, *flaneur*, que apontam para outros caminhos sobre como podemos pensar e vivenciar os espaços urbanos. Tema posteriormente tratado no capítulo 3.

2 ALGUMAS DOBRAS DA LUZ, ALGUNS FRAGMENTOS DO CAMPO

“As linhas retas se assemelham, mas as dobras variam, e cada dobra vai diferindo. Não há duas coisas pregueadas do mesmo modo, nem dois rochedos. (...) O conceito de dobra é sempre um singular, e ele só pode ganhar terreno variando, bifurcando, metamorfoseando-se. Basta compreender e, sobretudo, ver e tocar as montanhas a partir de seus desdobramentos para que percam sua dureza, e para que os milênios voltem a ser o que são, não permanências, mas tempo em estado puro, e flexibilidades. Nada é mais perturbador que os movimentos incessantes do que parece imóvel.” Deleuze.

As observações realizadas durante a pesquisa de campo desenvolvida entre 2014 e 2015 e parte do que registrei a partir de fragmentos de experimentações do *flanêur*, caminhadas, conversas e situações informais e sistematizadas ao longo deste percurso são marcadas pela atenção à fluidez do Parque da Luz em suas passagens e permanências, que se expressam em formas particulares de vivências e significações conflitantes sobre os usos do espaço urbano em questão, podendo, por este caminho, ser apreendido como lugar do deslocamento contínuo, do pertencimento, e de contradições que envolvem um movimento oblíquo de delineações de fronteiras coexistentes no cotidiano da vida urbana contemporânea.

Construídos sobre alicerces hegemônicos – tais como razão, unidade, identidade, estrutura e ordem -, os discursos tradicionais e formalistas sobre a arquitetura e urbanismo são neste momento tensionados e colocados em questão. As reflexões propostas por Pasqualino Magnavita (2008) e Paola Berenstein Jacques (2012) partem da valorização das práticas errantes urbanas para uma concepção de arquitetura e urbanismo que se trace pela multiplicidade e pela diferença, e não enquanto totalidade, racionalidade e forma, explorando, deste modo, narrativas que colocam em evidência o quanto as *experimentações ordinárias* pela cidade e seus meios “de transmissão e compartilhamento, podem operar como potente desestabilizador de algumas das partilhas hegemônicas do sensível, e, sobretudo, das atuais configurações anestesiadas dos desejos.” (JACQUES: 2012).

Outro olhar que traz a questão das práticas ordinárias e errantes ao pensar o cotidiano urbano por seu *espaço praticado* é apontado por Michel de Certeau (1994). Para o autor, esses praticantes são os que por meio de suas vivências pela cidade fazem brotar discursos dissonantes que provocam dissensos e questionam o planejamento e a construção da cidade de forma direta e astuciosa, tornando evidente, assim, os conflitos inerentes aos espaços públicos contemporâneos e a relação ambivalente do corpo com a cidade.

Para esta discussão, o autor debruça atenção sobre a *Invenção do cotidiano*, dizendo que “a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluiu. A linguagem do poder se ‘urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico”. (CERTEAU, 1994. p 34)

Com isso, trago o registro da observação do cotidiano do Parque da Luz com foco na abertura a uma discussão que possibilite a problematização da ideia de *guerra dos lugares e fronteiras simbólicas* (Arantes, 2000) a partir da existência de práticas e corporalidades que existem para além dos holofotes urbanos, dos roteiros turísticos e cartões postais, e habitam os “cantos” e as “horas” da cidade inesperadas às definições traçadas pelo planejamento urbanístico, tornando-se, deste modo, a própria “ameaça” a ordem normativa da cidade sugerida e intensificada pelo processo de *gentrificação*.

O olhar sobre os diferentes ritmos e tempos que compõem as dinâmicas do Parque, observados em caminhadas durante a manhã, a tarde, a noite e a madrugada com a intenção de captar sociabilidades e interações mediadas pelo espaço e pelos “horários limiares e marginais” se mostrou relevante para esta reflexão e observação, que se deu em alguns momentos onde as luzes ao redor do Parque apenas refletiam sombras e silhuetas e abrigavam situações improváveis de serem percebidas e existir à luz do dia.

Neste sentido, o início do dia, os finais de tarde, a hora do almoço e o anoitecer guardam situações e tempos distintos que abrigam sociabilidades específicas em períodos onde a intensidade do fluxo de pessoas no Parque, que, ora se intensifica, ora se dilui, coloca o espaço como fonte de captação de diferentes tempos no cotidiano e terreno da criação e experimentação de corporalidades e espacialidades relevantes, aqui, para (re)avaliação e atenção aos processos de subjetivação por onde a arquitetura urbana se revela e se disfarça na paisagem da cidade.

Vale ressaltar que a região a qual me inclino à análise se encontra posicionada em uma área onde se concentram baladas, *Executive Bar*,

Whisquerias, *Bear Bar* (bar de ursos), *Videoclub* pornô para homens, áreas de prostituição, casas abandonadas, botecos, “bocas e biqueiras”. Fachadas em *neon*, luz vermelha, em ruínas, ou mesmo fachadas “discretas” convertem-se a um convite a experiências onde a arquitetura e o espaço urbano se mostram como mediadores, fetichizadores e condutores à sociabilidades específicas àquela região, onde a materialidade do desejo e dos corpos se expressa em diferentes formas, inclusive e sobretudo, nas potencialidades das brechas e fissuras abertas e vivenciadas à margem da ordem urbana formalista e nos caminhos “entre” os lugares citados acima.

Assim, para a composição deste capítulo trago fragmentos de imagens e registro de observações e questões que emergiram a partir das saídas de campo que tiveram, inevitavelmente, sua atenção voltada às relações espacializadas entre território e identidade como elucida Félix Guatarri (1985), tentando, nessa pesquisa, a ampliação e aprofundamento da discussão sobre as dinâmicas urbanas contemporâneas permeadas por processos de *territorialização* e *desterritorialização* que caracterizam e constituem as práticas do corpo e do espaço urbano envolto às demandas do enobrecimento da cidade.

Desse modo, como nos ensina Elisabeth Grosz (1999), os descaminhos que traçam as mútuas e múltiplas relações entre o corpo e a cidade servem de orientação e desorientação, reinscrevendo-se e se transformando cotidianamente entre a fluidez, a descontinuidade e os deslocamentos constituintes dos fluxos urbanos e dos próprios meios de sua abordagem. Sendo assim, provocado pela sugestão de Marcelo Nuernberg Schroeder (2009), que ao propor a ampliação e distensão dos moldes que tradicionalmente fundamentam o campo de estudos da arquitetura e do urbanismo, diz:

[...] entende-se assim, que o significado de arquitetura não é apenas a ação de fazer o espaço através do planejamento arquitetônico ou urbano, mas, também é o espaço construído sem suporte de planejamento, feitos por aqueles que muitas vezes não são arquitetos. O espaço arquitetônico investigado é o território de manipulação tática e, ao mesmo tempo, o terreno da estruturação estratégica da arquitetura. (SCHROEDER, 2009. p. 01)

2.1 Janelas ao redor do Parque

O parque visto da altura das janelas dos hotéis e prédios residenciais que o colocam seja enquanto atrativo turístico ou extensão e jardins de seus apartamentos dimensionam relações de usos, pertencimentos e significados captados por meio do registro de fragmentos de memórias e percepções de moradores, investidores e consumidores (turistas hospedados ou em busca da “culinária local” e da típica “foto na Ponte”, por exemplo) do entorno do Parque da Luz em suas representações a respeito desta região da cidade, abrindo espaço à reflexão sobre como os olhos que enxergam o Parque a partir das janelas dos prédios localizados a seu redor possivelmente veem as transformações urbanas que vêm ocorrendo naquela área da cidade.

Em conversa com uma moradora de um dos prédios localizado próximo ao Parque torna-se possível notar que, neste caso, além do significado atribuído àquele espaço estar localizado e socialmente posicionado, onde o uso do Parque parece refletir os privilégios e desigualdades presentes nas próprias formas de habitar, acessar e usar a cidade, o que me leva a perguntá-la sobre como é morar ao lado do Parque, uma vez que o próprio fato de residir próximo a uma “área verde” tão valorizada, assim com ter acesso a este espaço, pode ser pensado como um diferencial no significado atribuído ao que pode representar habitar aquele espaço na cidade e o destino das expectativas de seus usos.

Sua resposta demonstra firmemente algumas expectativas referentes a este espaço em transformação na cidade. Suas especulações parecem alinhar-se aos discursos de “desenvolvimento econômico” e “crescimento” impulsionado pela máquina imobiliária, pontos que inclusive foram citados em suas falas. Seus argumentos apontavam para a falta de segurança na região e para a “presença incômoda” de corporalidades e “circulações estranhas” que habitam aquele espaço, tão próximo e ao mesmo tempo tão distante do centro da cidade, tão convidativa, seja pelo turismo *mainstream* seja pelo turismo do risco, que buscam na cidade justamente o perigo, o “ilícito”, a possibilidade de errar e criar outras formas possíveis de sociabilidades urbanas.

Enquanto passeava com seu cachorro e fotografava com o celular as flores recém-plantadas, conversamos um pouco sobre a minha pesquisa e ouvi Olga me dizer sobre o tempo em que estudou na UFSC e sobre seus filhos que também estudaram na mesma Universidade e a

pouco se formaram. Olga me contou que quando seus filhos eram crianças iam todos os dias ao Parque acompanhado dela ou da “empregada” dos colegas vizinhos, até “quando ficaram mais velhos e passaram a vir sozinhos”.

Quando lhe perguntei sobre as recentes mudanças ocorridas no Mirante, “do outro lado do Parque”, a resposta veio em um tom satisfeito e efusivo e logo se desviou às suas expectativas e anseios com a relação a “reforma da Ponte”, exaltando a importância das reformas para a segurança do local e dos turistas:

Pela quantidade de turistas que visitam o mirante, tava precisando mesmo da obra. Antes era escuro, sujo, nem dava pra ir tirar foto porque poderia ser assaltado; se você for lá agora vai encontrar um monte de turista.[...] O parque mesmo mudou muito, envolta dele era muito escuro. Essas flores não tinham, inclusive foram plantadas há pouco tempo, tinha muito mato, não dava nem pra caminhar pra lá. Agora quero ver como vai ser quando terminar a reforma da Ponte... (diário de campo, outubro de 2015) (registros de trechos anotados durante a entrevista.)

Na medida em que naquele momento a atenção sobre o campo se voltava às janelas que rodeiam as beiras do Parque e aos vislumbres da população dos arredores sobre os “negócios” deste espaço, comecei a estabelecer contato com alguns moradores que fazem o uso cotidiano ou esporádico do espaço posto a análise, onde o discurso comumente encontrado em campo referente às mudanças das dinâmicas urbanas do entorno trazem e exaltam expectativas, valores, e corporalidades e práticas “permitidas” ao espaço em questão.

Tendo em vista que as janelas ao redor do Parque refletem um espaço da cidade hipervalorizado aos olhos de investidores e consumidores e abriga um efervescente processo de especulação imobiliária e *espetacularização* urbana que anunciam o Parque da Luz como um item de consumo, sobretudo pelo seu uso visual na paisagem urbana, onde, do alto das janelas, além do “pulmão” óptico que se estabelece pela prolongação das Pontes Colombo Salles, Pedro Ivo Campos e Hercílio Luz e a extensão das baías, é possível observar o Parque de um ângulo onde as copas das árvores cobrem grande parte de sua área, “escondendo” sociabilidades diversas e particulares àquela região da cidade.

Comumente encontramos em anúncios imobiliários de vendas ou alugueis de apartamentos que se localizam as beiras do Parque sua utilização como referência pela sua localização e pelo consumo urbano “saudável” em sua própria morada, ou ainda aos convites a habitação do mesmo metro quadrado do “pulmão verde da ilha” e ao Parque literalmente como extensão de sua moradia. No anúncio virtual da venda de um apartamento localizado ao lado do Parque da Luz, encontramos:

Apartamento todo mobiliado com 3 dormitórios sendo 1 suíte, sala de estar, sala de jantar, lavabo, cozinha, área de serviço, sacada com linda vista para o mar e para a ponte. Piso porcelanato, ar split, hobby box e 2 vagas de garagem. Condomínio com ampla infraestrutura de lazer: piscinas, cinema, playground, fitness, brinquedoteca, sala de jogos, salão de festas, espaço gourmet e vagas para visitantes. O Centro da cidade abriga o maior número de órgãos públicos, boas escolas, além da diversidade do comércio e serviços. É um bairro com uma extensão pequena, que permite ter todas essas facilidades a pé, propiciando praticidade e qualidade de vida. Além de todas essas facilidades, você ainda tem a beleza natural da Avenida Beira Mar Norte, com o calçadão e ciclovias para passeios e prática esportiva num ambiente agradável de convívio com a natureza e integração da comunidade. Por todas essas facilidades é um dos bairros preferidos pra quem quer morar numa cidade tranquila com o conforto dos grandes centros. No início da Beira Mar Norte, temos a região do Parque da Luz, recentemente revitalizado, e ainda com projetos de melhorias, um parque arborizado com uma das vistas mais famosas da cidade, nosso cartão postal, a ponte Hercílio Luz. Próximo do coração comercial da cidade, e com fácil acesso a região dos colégios. (Anúncio de Venda de casa Fonte: internet)

A polissemia como característica constituinte deste espaço, que se expressa e se disfarça nas formas de apropriação da paisagem e de usos e *contra-usos* do espaço urbano, seja pelo mercado imobiliário, pelos moradores dos arredores, turistas, pelos passantes ou usuários do

Parque de maneira geral, comporta modos diferenciados de significação e meios de uso do espaço, que acompanham, aliás, o movimento urbano a qual esta região está vivenciando.

As transgressões incorporadas à paisagem da *Luz* afinam o olhar a respeito do que se disfarça ou se mascara na cidade e o que está visível e exposto, mas que nos esquivamos e desviamos e fingimos não ver, e que em última instância reflete as tensões que envolvem a vida entre fronteiras simbólicas, criações de estratégias de usos do espaço urbano, e representações particulares sobre patrimônio e lugares simbólicos, nos mostrando que os agentes envolvidos nestas negociações, sejam residentes ou não, não estão anestesiados e apáticos frente às intervenções e negociações sobre a cidade.

Além dos hotéis, ao redor do parque também podemos encontrar duas imobiliárias, restaurante *gourmet*, e algumas casas de fachadas antigas e em ruínas, consideradas “mais simples” e, por isso, destoantes aos valores em circulação pelos caminhos da *Luz* e do movimento urbano que ecoa o ruído de obras de renovação urbana que abarcam a requalificação de casarões antigos que se distribuem pelas ruas Felipe Schmidt e Hoepcke e também a reforma da Ponte Hercílio Luz.

Em seus estudos sobre *gentrificação*, Sharon Zukin (2000) traz uma compreensão do urbano não restrito à sua dimensão geográfica, ampliando, assim, sua análise à perspectiva econômica e sociocultural. Para compreensão de sua teoria, o conceito de *paisagem* se mostra como fundamental para compreensão desta reflexão e é pensado como mediador e ordenador do espaço social:

A paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao meio ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno de instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições. (ZUKIN, 2000, p. 84)

Em meio a dinâmicas urbanas contaminadas pelos ruídos da *gentrificação*, onde “cada intervenção urbana constitui-se em uma ação comunicativa simbólica” (Sánchez, 1997), as mudanças sociais, físicas e estéticas que se fazem combinando limpezas urbanas com processos de reabilitação de áreas destinadas à habitação e aos interesses da classe média/empreendedora sob a justificativa da necessidade do desenvolvimento econômico para a cidade, induzem determinados usos ao espaço e o controle da circulação de corporalidades e práticas

consideradas marginais e degeneradas, que de alguma forma ameaçam o nova lógica econômica insurgente nesses espaços urbanos. Como nos mostra Neil Smith (2006) a respeito desses “negócios urbanos” em suas dimensões econômicas e sociais:

O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” – representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a uma tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços. (SMITH, 2006, p. 85)

Um fato marcante a este respeito remonta a promessa de reforma da Ponte Hercílio Luz, que uma de suas cabeceiras desemboca justamente na região da Luz a qual desenvolvo este trabalho e constantemente aparece nas falas e expectativas dos moradores dos arredores com quem conversei.

A alteração das dinâmicas e fluxos que certamente seguirão a reabertura da Ponte surge com frequência nos diálogos estabelecidos em campo e refletem, além da compreensão da região a qual estão inseridos como economicamente estratégica aos negócios urbanos, trazem à luz toda uma gama de expectativas, anseios, dilemas, desafios e remarcações espaciais e corporais de poder que tais projeções *gentrificadas* exaltam.

2.2 Passagens errantes e circulação de sentidos

É comum encontrarmos pessoas *em situação de rua*⁴ em muitos outros lugares do centro da Ilha de Florianópolis, no entanto, o Parque

⁴ Categoria que se refere às articulações políticas, sociabilidades e luta por reconhecimento desta população, como nos mostra o antropólogo Tomas Henrique de A. G. Melo (2011).

da Luz como *locus* de passagem, abrigo ou morada de pessoas que a partir de suas corporalidades, sentidos e usos específicos atribuídos ao espaço urbano, desafiam a ordem higienizada e esterilizada da cidade tomando como moradia e fazendo o “uso privado” de lugares “esvaziados”, ampliando, deste modo, meu olhar sobre o Parque como lugar de sociabilidades diversificadas e conflitantes onde as fronteiras são cotidianamente redelineadas, borradas e desafiadas.

Quando pensamos sobre os movimentos de expulsão ou dispersão de moradores e moradoras de rua dos centros urbanos, onde a arquitetura e o planejamento urbano, seja pela coerção física por meio de tecnologias de vigilância e controle do espaço ou mesmo por ações policiais ou de agentes urbanísticos, se mostra como uma espécie de interlocutora de dissonantes relações entre o corpo e a cidade, fazendo com que tais ações possam, aqui, ser apreendidas como expressão de alguns dos mecanismos de opressão que circulam e se levantam como dispositivos de vigília do espaço urbano.

Ao focar as formas de vivenciar o Parque, acabei por notar a diversidade de perfis de seus usuários e usuárias, assim como usos e significados diferenciados acerca deste espaço. Um “estilo de vida” consumido por usos particulares das camadas médias urbanas, que, neste contexto, práticas como yoga, alongamento, educação física, corridas ao redor do campo, *slackline*, violão e *picnic*, encontram no Parque um lugar “esperado” e “seguro” para acontecer, se destoando em oposição aos usos que parecem incompatíveis ao lugar consumido por corporalidades e práticas que embaralham as fronteiras das expectativas de usos do espaço urbano.

Essa sobreposição de usos e sentidos cria e posiciona corpos, cenários e itinerários limiares e marginais, não definidos por parâmetros sociais normativos e reguladores, e que comumente escapam às câmeras de segurança recentemente instaladas no Mirante Hercílio Luz e ao monitoramento das câmeras dos hotéis e prédios que miram as bordas do Parque, que, aliás, em seu interior não possui câmeras de segurança e monitoramento nem iluminação, fazendo com que ao cair da luz do dia o Parque fique às escuras e sirva de abrigo para outros sentidos e formas de usos.

Nessa direção, a definição de Rogério Proença Leite (2002) sobre espaço público referente ao seu caráter político em uma perspectiva crítica aos procedimentos urbanísticos encontrados nas metrópoles contemporâneas, que pretendem dentre outras coisas controlar e direcionar a circulação de pedestres demarcando fronteiras e ordenando

categorias e grupos sociais, se faz em suas inúmeras significações que se friccionam pela cidade:

[...] quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção dos sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. [...] Podemos, assim, entender o espaço público como uma categoria construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (do qual se retira a categoria ação) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial). (Leite, 2002. p.116).

A espacialização do campo pelo cotidiano e *espaço praticado* do Parque da Luz por meio de suas múltiplas formas de uso, passam pela visualização dos caminhos percorridos por alguns passantes e do entendimento de que trata-se de um espaço bordado em seus diversos significados e específicas circulações de sentidos, desejos e objetos sobre o tecido urbano, que marcam a paisagem e deixam rastros pelo caminho e pelos “cantos” que servem de abrigo a outras possibilidades de uso. Colheres, garrafas *pet*, *marmítex*, fezes humana, cachimbos de lata de alumínio e pedaços de papelão desenham um espaço praticado por corporalidades “incômodas” que anunciam a presença de moradores de rua.

Simone Miziara Frangella (2009), ao pôr em evidência *Corpos urbanos errantes* a partir da etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo, traz uma rica e detalhada descrição a respeito das práticas, táticas e dinâmicas de circulação de moradores de rua pela cidade, propondo, com isso, reflexões sobre o espaço urbano como lugar da convergência no qual são tecidos “sentidos de lugar e pertencimento que podem ser múltiplos e mesmo divergentes”, destacando, assim, que “para compreender a corporalidade dos habitantes de rua, é preciso entendê-la na interface desse corpo com o espaço urbano, ambos dimensões geográficas e sociais por meio das quais a existência dessa categoria é possível.” (Frangella, 2009. p.17).

Como apresentado pela autora, a construção de corporalidades atravessadas pelas políticas das ruas e por redefinições da fronteira público e privado como uma resposta contingente a ordenações urbanas

imperativas, sugere o realce da atenção aos processos de renovações urbanas alicerçados por padrões estéticos normativos e de consumo urbano desenhados a partir de exclusões e de um diálogo distante da realidade social a qual se encontram as cidades e o atual contexto de formas desiguais de acessá-las e habitá-las.

Referente ao Parque da Luz, enquanto os moradores de seu entorno comumente o significam como extensão de suas residências, as pessoas em *situação de rua* que cruzam o Parque indicam o uso do espaço, seja para dormir, descansar, encontrar outros moradores e pessoas em situação de rua, ou para beber e usar drogas, como um dos pontos do amplo circuito que compreende redes de dinâmicas, afetividades e sociabilidades que envolvem e articulam outros espaços pela cidade e relações com pessoas e instituições que fazem com que essas corporalidades se movimentem pelo espaço urbano borrando os limites e fronteiras entre a ideia de público e privado, “extensão” e “casa”, que demarcam os interesses políticos e econômicos dos envolvidos e privilegiados nos processos de *gentrificação* e espetacularização urbana.

O alinhamento dos interesses econômicos, exaltados e privilegiados em formas de políticas públicas sobre a cidade aos discursos por parte dos moradores do bairro que escutei algumas vezes em campo a respeito de suas demandas por segurança no Parque e nas ruas de suas redondezas, onde barreiras como muros, cercas, luz, vigilância e câmeras são constantemente acionados em suas falas para reafirmar uma ideia de segurança pública ligada ao controle dos espaços urbanos, onde os corpos e práticas que fogem aos valores esperados aos espaços enobrecidos devem ser reprimidos e varridos.

As políticas públicas que são elaboradas e articuladas a partir da manutenção de privilégios sociais que se legitimam pelo policiamento cada vez mais ostensivo da ordem urbana hegemônica por meio do controle do espaço urbano catalisado pelo diálogo do poder público com as demandas e interesses institucionalizados pelos moradores influentes organizados do entorno do Parque, se mostra como um dos caminhos onde os interesses da classe média expressa seus anseios, projetos, expectativas e visões de mundo socialmente localizadas, que se desdobram, dentro de uma lógica de propriedade privada, em conflitos entre os que recebem o aval ou não para acessar com “segurança” alguns espaços da cidade e os que se tornam justamente o alvo de planejamentos urbanos guiados por remoções e exclusões, representando a própria ideia de insegurança, sujeira e ameaça, simplesmente pela materialidade de seus corpos e práticas pela cidade.

Especificamente acerca das vivências e trajetórias de pessoas em *situação de rua* na cidade de Curitiba - PR, Tomás Gomes Melo (2011) em sua análise sobre a organização política pela mobilização coletiva em torno do reconhecimento de suas específicas demandas traz uma valiosa contribuição:

Mais do que a criação de uma falta, este novo contexto – de vida na rua – precisa ser assumido pelas pessoas que vivem este processo. Assim, são desenvolvidas uma série de regras e etiquetas para a sobrevivência na rua e para o diálogo com suas especificidades. Cria-se um novo modo de vida e comportamento fundado numa complexa dinâmica de relacionamentos entre o próprio segmento e dele para com as outras pessoas. Este é o contexto mais amplo em que as problemáticas da vida na rua foram tradicionalmente abordadas: de um lado, o processo que leva as pessoas a começarem a viver na rua, de outro, o cotidiano na rua, suas particularidades, costumes e a relação com as instituições de assistência para o segmento. (...) A idéia de Rua e Sociedade, tal como pode conferir ao longo do trabalho de campo, auxilia a refletir sobre a perspectiva da população de rua. Sinteticamente, a Rua é o espaço ocupado na medida em que a pessoa sofre a ruptura que a leva para este novo contexto, conseqüentemente, é o espaço de aprendizagem de novas regras que resultam num conhecimento e olhar específico, inacessível àqueles que não vivem ou que não passaram por esta trajetória. (p. 177)

Com isso, pode-se dizer que cada agenciamento cria e experimenta suas categorias temporais e espaciais próprias, assim como suas expressões, subjetivações e significados sobre o espaço urbano da cidade, que só podem ser compreendidos e socializados pelas categorias e dinâmicas do espaço urbano onde os territórios e os corpos estão inseridos e ganham inteligibilidade.

Levando em conta o contexto que insere as pessoas em situação de rua em dinâmicas de limpezas urbanas e outras políticas de exclusão e segregação, onde a estética arquitetônica e a segurança do espaço urbano, tão valorizada e demandada por moradores do entorno do Parque, reafirmam o aval e privilégios às práticas e corpos *gentrificados*

e pacificados direcionando-os aos usos esperados em espaços enobrecidos ou que estão sob a mira da especulação imobiliária e envolvidas pelo processo de *espetacularização* urbana.

2.3 Bambuzais, rizoma e camisinhas pelo chão

Espaço urbano e sexualidade ou a urbanização do desejo

Os limites instáveis que envolvem as configurações entre corpo e cidade, onde a sexualidade pode ser pensada como uma categoria relevante para apreensão de subjetividades corpóreas e de espaços urbanos em conflito e acelerado processo de transformação, espetacularização e militarização, remontam às preocupações e repressões morais, sexuais e espaciais presentes nos projetos de idealização das cidades.

Pensando a geografia sexual dos espaços urbanos e dos corpos, os encontros teóricos que realocam ideias desenvolvidas e articuladas por autores que discutem a “presença incômoda” de corporalidades e práticas que colocam em evidência os discursos e mecanismos de normatização do corpo e do espaço urbano abrem espaço a flexões teóricas e exploração dos limites e possibilidades da arquitetura. (Teixeira, 2013; Preciado, 2010; Schroeder, 2009)

Todo o aparato – médico, educativo, tecnológico-midiático, arquitetônico, etc – projetado para a manutenção de estruturas e sistemas explicáveis que expressam uma “organização” social calcada no ideal binário da diferença sexual: homem e mulher, e, com isso, um discurso naturalizado que aponta para uma “correspondência lógica” entre sexo-gênero-sexualidade-desejo, nos revela uma concepção racional de sujeitos *normais*, que a partir das marcas presentes em seus corpos recebem o aval para experimentar a cidade.

Na discussão proposta por Michel Foucault (1988) em *A História da Sexualidade - a vontade de saber*, onde ao compreender a sexualidade como um dispositivo histórico de poder, o filósofo abre espaço para pensar o quão a ordem social contemporânea se relaciona diretamente com uma ordem sexual, que compulsoriamente pretende orientar as formas e os meios pelos quais posicionamos, compreendemos, e experimentamos nossos próprios corpos.

Quando se trata de elucidar a experiência urbana contemporânea, homens e mulheres (e toda uma série de outras categorias incabíveis no modelo binário masculino/feminino) vivenciam o espaço urbano de maneiras diferentes. Ao se construir uma posição de sujeito, supõe o estabelecimento de contornos, limites, planejamentos, possibilidades e restrições. Essa mesma lógica métrica e cartesiana da arquitetura dos corpos podem ser observadas nos pretensos planos arquitetônicos e urbanísticos das cidades.

Com a sociedade heteronormativa⁵ sexualizada de forma controlada e com os papéis de gênero definidos baseados na centralidade do desejo como meio de acesso à verdade sobre os sujeitos, o lugar da sexualidade se constrói entre o que pode ser visível e aceitável (público) e o que deve ser mantido em segredo (privado).

Em diálogo com as ideias de Foucault e com a *Teoria Queer*⁶, o sociólogo Richard Miskolci (2009) diz que além dos desejos serem direcionados de formas rígidas e interferindo de maneira regulatória nas subjetividades sexuais dos corpos, todo o mecanismo institucional heterossexista nos insere na oposição binária da heterossexualidade/homossexualidade, “de forma a construir o espaço público como sinônimo de heterossexualidade por meio de uma “política da vergonha” que se manifesta na recusa cognitiva das relações entre pessoas do mesmo sexo.”.

Em *Carne e Pedra*, Richard Sennett (2008) constrói uma narrativa sobre o corpo e a cidade na civilização ocidental e argumenta que as formas dos espaços urbanos derivam de vivências corporais específicas de cada sociedade. Para compreender a cidade moderna desenhada por urbanistas iluministas, por exemplo, o autor pontua que planejava-se a cidade partindo de um ideal orgânico de corpo saudável, limpo e normal, onde o espaço seria esboçado para encorajar as atividades aeróbicas e saudáveis deslocamentos a partir de uma geometria guiada pelas noções de centro, periferia, margem e limites, o que possibilitaria com que as pessoas que se movessem pelo espaço

⁵ Miskolci (2009) diz que “a heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade [...] um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de reprodução e controle”. (p. 156)

⁶ Originada a partir dos Estudos Culturais norte-americanos e em meio aos debates pós-identitários, a *Teoria Queer* surge em contraponto aos estudos socioantropológicos heterossexistas sobre minorias sexuais e às políticas identitárias LGBTTT, que acabavam por naturalizar e assimilar a norma heterossexual.

urbano se sentissem mais seguras. Como afirma o autor, a respeito da construção de um sujeito (masculino) moderno e racional:

Dados os preconceitos sobre a irracionalidade das mulheres, a necessidade de imaginar uma figura universal apontava idealmente para *um homem*. Procurariam por um sujeito neutro; alguém capaz de subordinar paixões e interesses individuais à regra da razão. Somente os corpos masculinos preenchiam as exigências desse padrão cheio de subjetividade (SENNETT, 2008. p.291)

Tal representação de modernidade tem como marco o Iluminismo, que tendo como ferramenta e instrumento o uso da razão se colocava libertador dos homens, das amarras das antigas tradições e privilégios feudais, mas, como sabemos, na verdade reflete desejos e ambições bastante situados: liberdade, igualdade e fraternidade para homens, brancos, heterossexuais, ocidentais e detentores de poder econômico. Os *homens de bem*.

Nos dias de hoje, à medida que a experiência corporal se volta cada vez mais a tecnologias, a espaços urbanos reservados, e a demandas de um capitalismo *caliente*, onde interessam os corpos e seus prazeres, a arquitetura “funciona como un escenario en el que se teatraliza la identidad masculina.” (Preciado 2010).

Para a autora, um exemplo pragmático da transformação arquitetônica através dos meios de comunicação no século XX (especificamente no cenário pós Guerra Fria) diz respeito ao *Império Playboy*, instalado na cultura dos meios de comunicação de massa e na arquitetura do espetáculo, possibilitando a emergência de um novo discurso sobre o gênero, a sexualidade, a pornografia, o desejo e o espaço público. Preciado afirma que *Playboy* não apenas se resumia a uma revista de garotas nuas. Tratava-se de um amplo “projecto arquitectónico-mediático que tenía como objetivo desplazar la casa heterosexual como núcleo de consumo y reproducción proponiendo frente a esta nuevos espacios destinados a la producción de placer y de capital.”.

A partir de questionamentos acerca da rápida urbanização brasileira da segunda metade do século XX e das transformações espaciais marcadas por espaços urbanos higienizados e pacificados, no que diz respeito as vicissitudes das territorialidades do “mundo gay” paulistano entre 1959 e 1984, Néstor Perlongher (2008), ao etnografar a prostituição viril e seus desdobramentos no centro de São Paulo discute

o desejo socialmente proscrito nas derivas e experimentações urbanas e aponta para uma concepção de territorialidade não restrita ao espaço físico, mas sobretudo aos espaços dos códigos.

Para o autor, a não solidez como característica constituinte desses espaços possibilita que essas territorialidades e seus deslocamentos sejam também espaços frutíferos à construção e vivência de outros códigos e outras negociações/subversões do corpo com a cidade. Desse modo, a rua passa a ser encarada como “mais do que mero lugar de trânsito direcionado ou de fascinação espetacular perante a proliferação consumista: é, também, um espaço de circulação desejante, de “errância sexual”.” (p. 166)

Ao propor uma reflexão sobre o social a partir do desejo, o autor o encara enquanto histórico e socialmente construído pensando sua relação com a sexualidade e o território. Em diálogo com o autor, no prefácio à nova edição, Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2008) trazem indagações que desvendam que “a heterossexualidade só pode existir fixando o periférico e, a partir dele, se definindo como central. Assim, os espaços das bordas não poderiam ser linhas de fuga, mas apenas limites fixados pela norma, desqualificando os que ali são alocados”.

Para Simões (2008), também debruçado sobre as ideias de Perlongher, os conceitos deleuzeguattarianos de *desterritorialização* e *reterritorialização* trazidos por Perlongher em sua análise fornecem um olhar sobre o movimento de ruptura com a norma e experimentação e criação de outras possibilidades de conexões entre a sexualidade, o desejo e o território:

Territorialidades envolvem, portanto, mais do que representações ou projetos: dizem respeito às mobilizações e deslocamentos espaciais e categorias, bem como à materialidade de corpos e partes de corpos ressaltados e valorizados, incluindo os próprios lugares que esses corpos percorrem e dos quais auferem parte de sua legibilidade. (SIMÕES, 2008. p.539)

A arquitetura contemporânea, marcada por espaços urbanos *espetacularizados*, se desenha em uma espécie de batalha moral que coloca em questão valores como centralidade, coerência, tempo e lugar, que caracterizavam a tradição moderna. Longe de uma visão totalizante, quando olhamos para as cidades o que notamos são estruturas que

desapareceram, que “engolem” outras ou que têm suas funções alteradas, que são implodidas e que morrem.

Desse modo, o deslocamento e a descentralização do lugar destinado ao prazer alteraram não apenas a forma que encaramos o espaço público, mas também os modos que o ocupamos e vivenciamos, assim como afetos e as formas de produção de prazer que criamos sobre ele, o que por sua vez tem abalado a ordem espacial heteronormativa.

Em meio a reflexões atuais sobre estudos pós-gênero – que rompem com a compreensão do sexo e do gênero como algo anterior a cultura e prévio ao sujeito - e de análises que apontam para a “complexidade” de discursos sobre os sujeitos e suas práticas sexuais, estas ideias aqui brevemente apresentadas procuraram explorar como a ideia de cidade em movimento, fragmentação, espetacularização e pacificação se relaciona com a reconfiguração e subversão identitária em espaços “públicos” de trânsito e mobilidade. Além disso, questiona como os processos de criação e subversão dos espaços das cidades refletem novas configurações e possibilidades de ocupação e experimentação.

Entendendo que vivenciamos um momento onde o exemplo já não vale como referência e que os corpos carregam consigo marcas das diversidades, diásporas e movimentações, e também onde as posições de centro vêm sendo cada vez mais questionadas, a partir desta perspectiva me propus a pensar a relação do corpo com a urbe, tendo em vista que cada vez mais a ordenação urbana, dos corpos, e da própria identidade está se dissolvendo e ganhando outras formas, entendo que a discussão sobre o corpo se mostra extremamente relevante para a compreensão da sua relação com a sexualidade e os espaços urbanos.

Os debates atuais acerca das relações de gênero e sexualidades e espaço urbano colocam em evidência a fragmentação e as negociações dos corpos com os espaços das cidades. O gênero e a sexualidade enquanto marcadores classificatórios e sociais da diferença na experimentação da cidade, além de fomentar olhares a partir dos discursos e práticas sobre como homens e mulheres são apresentados e apresentadas à cidade e como a experimentam, me levam a reconhecer que mesmo com a segregação urbana heteronormativa e machista e higienização dos espaços urbanos, brechas e fissuras são abertas; a cidade é reapropriada e ressignificada cotidianamente, desorientando a forma que a encaramos e o modo de nos compreendermos e posicionarmos nela.

Assim, entende-se que elucidar o direito à cidade é necessariamente questionar sobre o direito ao corpo e seus modos de

usos e práticas (do corpo e da cidade) que muitas vezes colocam em cheque a construção de “pedágios” e a imposição de limites que se erguem a partir das marcas encontradas em nossos corpos e da ordenação da cidade por olhares, lógicas, projetos e planejamentos normativos.

Beatriz/Paul Preciado (2010) emprega o termo “pornotopia” para compreender lugares com a capacidade de estabelecer relações entre “*spacio, sexualidade, placer y tecnologia (audiovisual, bioquímica etc), alterando las convenciones sexuales o de género y produciendo la subjetividade sexual como um derivado de sus operaciones spaciales*”.

Por meio desta reflexão, a respeito de um contexto de interação em que homens subvertem as normas da heterossexualidade em suas práticas sexuais que se desenrolam em espaços públicos, a partir da análise do gênero e da sexualidade enquanto diferenças na experiência urbana, entendendo esses espaços onde ocorrem essas interações, aqui, no sentido de permitir encontros sexuais e interferir na subjetividade sexual dos corpos em cenários entendidos como controlados por instituições que validam e legitimam valores higienistas e normativos.

Espaços sobrepostos, recentemente revitalizados, *flanêur*, derivas e experimentações. Caminhar por entre espaços investidos pelo e para o fluxo turístico e apropriados por corpos que nestes lugares interferem pelo exercício de suas sexualidades “desviantes” se mostrou essencial para o movimento desta dimensão da pesquisa e compreensão do espaço observado: meu corpo colocado em campo e a caminhar para, então, fazer emergir os argumentos e as questões do espaço vivido que servem de base aqui, para a concepção de um pensamento crítico ao processo de *espetacularização* que vive a cidade contemporânea.

Um ponto que também se torna relevante lançar olhos atentos é o fato das interações sexuais que ocorrem em lugares como o Parque da Luz serem apenas entre homens. As expressões de sexualidades fixadas de formas diferentes aos papéis atribuídos aos gêneros em nossa cultura, e também as assimetrias políticas entre os gêneros, fazem parecer impensável a existência de mulheres “dispostas” a circularem entre árvores e entre “estranhos” à procura de uma relação sexual muito pontual.

Tendo como pressuposto que as vivências e interações sexuais em lugares como o Parque da Luz só são possíveis entre homens e, portanto, ocorrem orientadas pelas masculinidades, é possível lançar uma reflexão acerca do fato de que essas mesmas vivências desmantelam e embaralham o que é provavelmente a característica mais

“elementar” da masculinidade hegemônica – a heterossexualidade e suas demarcações espaciais-corporais de poder.

As ruas dos homens-heterossexuais-brancos-trabalhadores são a todo instante atravessadas e vividas por corpos afetados por diversos tipos de agenciamento, corpos compreendidos como potência e lugar de experimentação e criação. Caminhos são traçados para além dos fluxos turísticos, retomados por corpos que se perdem, que desviam, que constituem um modo sensível e “vagabundo” de interrogar através da prática do espaço público as negociações em jogo entre o corpo e a cidade.

Nestes arranjos interativos, estas afetividades urbanas me oferecem algumas inquietações e aprofundam a discussão sobre o corpo e a cidade dando atenção ao gênero e a sexualidade enquanto marcadores sociais da diferença na experimentação da cidade, questionando, assim, se em alguma medida as experiências do corpo na urbe – especificamente no contexto do Parque da Luz – refletem “novas” formas de criação e expressão do prazer, levando a transgressões sobre discursos sacralizados a respeito do corpo e da cidade.

Pegação no Parque

Ao cair da luz do dia pode-se dizer que as dinâmicas e fluxos esbarrados nos movimentos noturnos do Parque se diferenciam das rotinas e afetividades urbanas encontradas em seus horários “comuns”, onde o espaço estudado se transforma pela noite em um ponto de encontro e de busca por relações sexuais onde o espaço urbano torna-se parte das conexões, *gatos* e *gambiaras* que ligam as múltiplas possibilidades de subjetivações entre o corpo e a cidade, fazendo com que a partir do olhar aos usos errantes da cidade, seja aberta uma discussão que flexione a desconstrução e o (re)traçar de uma investigação sobre espaços urbanos desenhados como estruturas arquitetônicas de produção e controle do gênero, da sexualidade e do desejo. (PRECIADO, 2010)

Os fins de tarde sem chuva no Parque da Luz se dão em meio a passagens de corpos que circulam aparentemente “ao acaso” entre as árvores e “trilhas” alternativas, posicionando-se em alguns momentos próximos aos bambuzais ou sentados nos bancos à espera do anoitecer ou do que as deriva e “acazos” do Parque podem desdobrar. A busca de homens por encontros sexuais com outros homens abriga uma dinâmica de interações onde o corpo, a sexualidade, o desejo e a arquitetura do

espaço urbano são acionados como marcadores de poder e diferenças na experiência urbana.

Não me ative a reflexão específica sobre os perfis dos homens que interagi e observei durante a pesquisa de campo pelo circuito de *pegação* do Parque. Não poderia haver precisão se esses homens se entendem e caracterizam distribuindo-se em etiquetas como gays, enrustidos, bissexuais, bichas ou heterossexuais convictos, mas, ao que parece a partir de suas falas, que suas interações e “preferências” parecem refletir as hierarquias e assimetrias políticas encontradas pelas barreiras levantadas pelo corpo e pela cidade quando as olhamos por recortes de classe, gênero, sexualidade, raça, peso e idade em intersecção, apresentando-se, assim, como categorias relevantes à apreensão do espaço urbano contemporâneo como lugar da diversidade e do conflito.

A grande quantidade de *camisinhas* e embalagens de lubrificante *pocket* encontradas pelo chão do Parque, visível aos montes à luz do dia, podem indicar caminhos onde, à noite, verdadeiras aglomerações sexuais se desenrolam. “O horário de saída do trabalho”, “o caminho para o continente”, “a espera pelo trânsito”, “o *after* das baladas do final de semana”, ou simplesmente uma visita esporádica ao Parque durante os dias da semana se traduzem em uma gama de usos, significados e entendimentos acerca do próprio uso do parque para experiências sexuais.

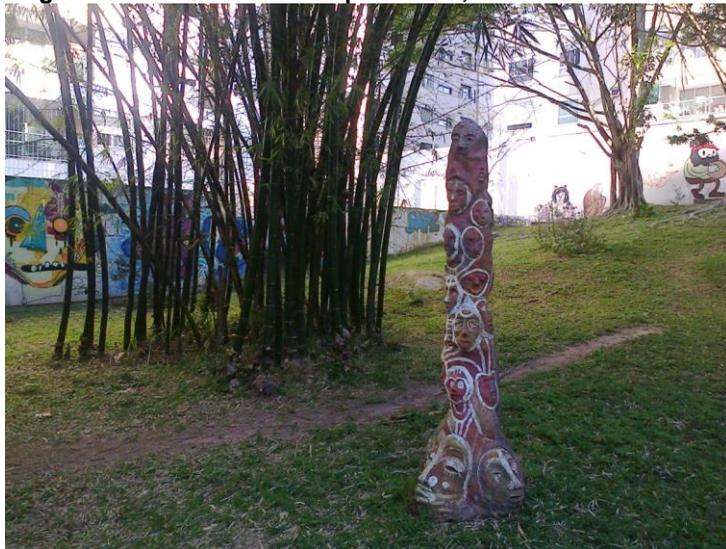
Diferente dos finais de semana, onde o fluxo de pessoas no centro da cidade durante a noite é maior e a *pegação* adentra por uma considerável parte da madrugada, e em outros dias da semana onde o movimento se dispersa antes mesmo da meia noite, como me informou André, de 31 anos, morador da Trindade, que faz o uso regular do espaço da *pegação*, dizendo que “desde que se entende por gente sabe que é ali que rola...” (diário de campo, 28 de outubro de 2015).

A conversa com André e outros que fazem o uso do parque para busca por sexo “desde que se entendem por gente”, ou os que “descobriram o Parque há pouco tempo” relevam um lugar na cidade historicamente constituído e demarcado como um espaço de transgressões e frutífero a sociabilidades e experimentações “distantes” de uma ideia de espaço urbano “saudável” e “higienizado” proposta por planejamentos e processos normativos de renovações e limpezas urbanas.

Os três bambuzais distribuídos pela extensão do Parque, sendo um deles localizado próximo à entrada pela Felipe Schmidt e ao muro que o separa dos prédios, e os outros dois ao lado do campo de futebol,

servem como uma espécie de “ponto de encontro” e de orientação dos fluxos das dinâmicas urbanas do desejo naquele espaço, onde pelos caminhos traçados e percorridos entre os bambuzais comumente encontramos sob o abrigo de outras árvores parceiros em relações sexuais mais “reservadas” ou “menos tumultuada”, ou ainda homens aguardando a abordagem de outros homens que busquem algo diferente das aglomerações encontradas ao redor dos bambuzais.

Imagem 19 - De dentro do Parque da Luz, um de seus bambuzais



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 20 - Muro que separa o Parque dos prédios localizados em uma das bordas



Fonte: Acervo do Autor

Entre os bambuzais e estas específicas deambulações noturnas brevemente apresentadas acima, a figura conceitual do *rizoma* metaforizada por Paola B. Jacque (2011) para discutir algumas características do dispositivo espaço-temporal da arquitetura das favelas a partir da obra do artista Hélio Oiticica apresentada em *Estética da ginga*, brota como “erva-daninha” a partir da ideia de crescimento, ocupação e formação de territórios urbanos, provocando, desta maneira, os próprios formalismos embutidos nos discursos tradicionais sobre arquitetura, urbanismo e planejamento urbano.

A ideia de *rizoma*, como proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari em *Mil Platôs* (2008) pela primeira vez em 1980, abre espaço para pensar o espaço urbano não por meio de suas formas tomadas como imóveis e acabadas, mas pelo processo que as transformam e por seus movimentos marcados por diferenças escritas nas temporalidades presentes na paisagem que compõem os territórios urbanos em suas desterritorializações, aberturas, possibilidades, devires e experimentações.

Como demonstra Jacques (2011), a estética resultante da experiência desses espaços *territorializados* e *desterritorializados*,

fragmentados, labirínticos e rizomáticos, conseqüentemente, pode ser pensada como a estética espacial do movimento urbano, ou como define a autora, do *espaço-movimento*, que não está ligado a projetos urbanísticos, mas sim ao cotidiano urbano que se distancia da ordem formalista da cidade e se abre às vibrações produzidas pelos espaços em transformação e deslocamentos contínuos não ligados apenas ao próprio espaço físico, mas, sobretudo, ao movimento do percurso e da experiência de percorrê-lo simultâneo ao próprio espaço em transformação.

Assim, o *rizoma* não se compreende pela simetria, visto que as conexões se fazem por acaso e na desordem, deslocando-se em *linhas de fuga*, segmentaridade, ou desterritorializações em diferentes dimensões que podem nos levar a repensar as próprias definições cristalizadas de cidade, urbanidade e formas contemporâneas de sociabilidades. Para a autora:

as marcas territorializantes podem ser rizomáticas se elas conservam os fatores ou as linhas desterritorializantes, mesmo que não desterritorializem. A própria ideia de território não tem escala; é a ordem do que consideramos o “estar em casa”. Pode variar: território do próprio corpo, casa, corpo social, um grupo específico (comunidade), bairro e assim por diante. Podemos territorializar o que bem entendemos. Traçar um território seria, então, “marcar suas distancias” ou demarcar-se dos outros. (JACQUES: 2011. p. 145)

As relações que envolvem território e identidade na perspectiva sócio-psicanalítica proposta por Guattari (1985), que o entende enquanto expressão subjetiva de uma coletividade que se articula em um contexto de fragmentação, deslocamento e desconstrução da identidade cultural podem ser pensadas como parte de um processo mais amplo de transformações que implicam fricções e o abalar de estruturas e quadros de referências que “garantiam” aos espaços urbanos e aos corpos certa estabilidade e coerência social.

Uma abordagem que se trace por uma concepção de territorialidade que reconheça que as lógicas de inclusão e exclusão presentes nas cidades e que atravessam corpos e arquiteturas operam por divisões territoriais e controle de fronteiras, justamente o lugar que habitam possibilidades de vivências e agenciamentos potentes à crítica a

ordem urbana hegemônica, e que indicam, neste caso, a produção de relações dos espaços urbanos com o processo de gestão dos corpos e desejos que carregam consigo processos de subjetivação que traduzem um modo de vida propício ao anonimato característico da vida urbana e os próprios sentidos atribuídos pelos praticantes da cidade aos discursos de normalização e dissidência do espaço urbano.

Deste modo, estas reflexões que visam explorar as possibilidades na arquitetura a partir do olhar para a cidade por meio das políticas e dinâmicas das ruas, onde a corporalidade se mostra como uma categoria imprescindível para apreensão das singularidades que potencialmente brotam das particularidades observadas no Parque da Luz e no contexto urbano social e econômico a qual esta região da cidade está inserida.

Por meio de observações e registros descritos e em *framing* de *incursões estéticas à centralidade urbana* sobre as *Cenas da sexualidade florianopolitana*, Marcelo Nuernberg Schroeder (2009) em sua dissertação de mestrado defendida pelo PGAU-Cidade traz detalhes muito enriquecedores e específicos sobre o cotidiano urbano do desejo na cidade a partir das leituras de Foucault e Bataille sobre a sexualidade e o erotismo, explorando a análise da arquitetura por seus usuários e suas possibilidades de interação entre o corpo e a estética pelos caminhos “do sentir corporal, da experimentação do espaço e da fragmentação como exercício do imaginário subjetivo do qual muitas vezes a arquitetura se omite.” (p. 134). Especificamente sobre a descrição da região à qual o Parque referente ao meu estudo está inserido, o autor diz que:

As *Whisquerias* e os templos religiosos são uma abertura para a polivalência com que mais uma vez a centralidade possibilita realizações subjetivas em seu âmago. (...) Em seus desdobramentos espaciais, estes pressupostos adquirem movimentações particulares. A criação de espaços compostos por regimes de sexualidade, assim como a dispersão a que o espaço está acometido enquanto realização de vivência erótica, são demandas espaciais que se fazem notórias tanto ao início do século XVII - com a conformação dos espaços disciplinares e dos jardins do prazer - até os dias atuais - com as demandas espaciais bioascéticas e espacialidades relacionais ou *queer*. (...) O espaço do *vazio* e do *abandonado*, bem como os locais estigmatizados

são alvos de ocupação *queer*, dos que tem para si o sexo como uma vicissitude casual, que não corresponde à prescrição ou a determinação de seu exercício como um fim último. (...) No caso particular de Florianópolis, pode-se observar como a presente demanda turística insere a cidade numa rede de interesses globais, em termos de sexualidade, a ser compreendida pela mesma lógica bioascética contemporânea. As praias, as academias, os *clubes lounge*, as boates *gays*, o estilo de vida saudável entram nesta mesma correspondência. Seu paradoxal pólo oposto se coloca na condição local, em sua resistência, no erotismo da centralidade urbana, no sentido de urbanidade através da prática do cotidiano, nos notívagos dos bares, nos encontros casuais em locais casuais e nas festas de adolescentes *indies*. (SCHROEDER: 2009. p.123 – 132).

Com estas reflexões, a investigação dos espaços urbanos por suas especificidades extra-formais se apresenta como um exercício no campo da arquitetura que tem se mostrado inovador, como nos mostra Marcelo Schroeder (2009), onde ao distender as nuances, entraves e dilemas que (des)orientam as experiências urbanas marcadas indelevelmente por conflitos de alteridade e exercícios de articulação em oposição à pretensa ordem formalista do espaço urbano.

A respeito da *pegação* que ocorre no Parque, as dinâmicas urbanas que entrelaçam as relações sexuais e o espaço público em suas dimensões arquitetônicas, sensoriais, estéticas, políticas e discursivas colocam as categorias de “sexo” e “público”, entendidas a um primeiro olhar como antagônicas, em deslocamento e abertura à novas possibilidades de experimentações dessas próprias categorias e de produções de sentidos e significados sobre o corpo e a cidade.

No Brasil, a cultura de práticas sexuais em parques, praças, praias e banheiros públicos, especialmente entre homens, ainda que não exclusivamente, é comum a muitas cidades. Espaços abertos e convidativos a encontros “ocultos”, passageiros, “ocasionais”, ou mesmo programados e intencionais mediados por tecnologias de localização e *aplicativos* de *pegação* (Grinder, Tinder, Hornet, Bate Papo UOL, etc) que se desdobram como terrenos férteis a conflituosas remarcações de fronteiras e processos de *desterritorialização* e *territorialização*, por onde categorias, identidades e modos de

agenciamento são reelaborados dia a dia, imagem a imagem, corpo a corpo nos encontros noturnos pelo Parque, convidando, assim, o “sexo em público” como caminho por onde poderíamos cruzar distintas abordagens e aproximações teóricas a respeito das potencialidades observadas a partir das implicações éticas, estéticas, política e arquitetônica do olhar sobre as dissidências do corpo, da cidade, e do desejo que as práticas sexuais pelo circuito da *pegação* no Parque da Luz fazem emergir.

2.4 Policiamento

Dentre as corporalidades que circulam, confrontam-se e marcam o espaço do Parque, a presença cada vez mais ostensiva de policiais a cavalo, de moto, ou mesmo caminhando durante o dia pra “garantir a proteção e segurança” se mostra como uma característica do atual cotidiano estudado e se coloca como relevante a algumas elucidações.

Inúmeros relatos de usuários do Parque sobre as abordagens policiais às rodas de “baseados” ou mesmo a fumantes solitários que antes comumente encontravam no Parque um lugar hospitaleiro e confortável à sua “trip”, e também as constantes rondas policiais de moto a faróis desligados que atravessam o circuito da *pegação*, ou ainda as rotineiras “duras” em moradores de rua que transitam pelo Parque podem ser pensadas como estratégias de ordenação e controle do espaço urbano.

Uma verdadeira caça às bruxas que dimensiona algumas forças distintas envolvidas nestas dinâmicas, onde a polícia - expressão do monopólio da violência legítima do Estado - se posiciona na mira aos corpos e práticas que de alguma forma “perturbam” a ordem *clean* do Parque, selecionando os que devem ser varridos para debaixo dos *gentrificados* tapetes urbanos e os que por eles podem desfilar, indicando, com isso, as expectativas polidas para usos destes espaços.

A *guerra dos lugares* como elemento constituinte e revelador de múltiplos significados, sentidos e caminhos percorridos pelos espaços comuns e atalhos do Parque, que embaralham e embaçam os próprios lugares fixos da norma e da dissidência, descortina um cenário de pacificação que na realidade disfarça e acalanta um jogo de interesses que envolvem projetos urbanos que “buscam transformar espaços

públicos em cenários desencarnados, em fachadas sem corpo”. (Britto e Jacques: 2012. p. 143).

Na lógica espetacular a qual as cidades estão envolvidas, os espaços pacificados podem ser pensados a partir de uma crítica ao empobrecimento, esterilização e domesticação da experiência corporal e sensível da vida urbana. Deste modo, questiono o que a instalação do *parquímetro*⁷ na calçada que dá acesso a uma das entradas do Parque e que se encontra defronte aos hotéis da Felipe Schmidt (que parece ter realocado a concentração de “flanelinhas” que havia naquela extensão), as aulas de educação física do Colégio Militar realizadas no campo de futebol do Parque, e a própria intervenção militar sobre os usuários de maconha, pessoas em situação de rua e a *pegação* podem querer dizer sobre a configuração política de uso do espaço.

Sobre os caminhos de acesso ao Parque, se feito de ônibus e por quem não habita seus arredores, o ponto de desembarque mais próximo para quem vem do sentido Avenida Beira-Mar é o “ponto do trapiche”, ou mais adiante, no Terminal Central (TICEN), onde por qualquer um dos percursos se faz necessário caminhar até o Parque.

A ausência de pontos de ônibus próximos ao Parque e a reserva de espaços na rua para ônibus de turismo, que ficam estacionados na frente do Mirante Hercílio Luz enquanto os turistas tiram suas *selfies* de forma a valorizar no enquadre das fotos a Ponte Hercílio Luz e a bela paisagem que a visão do Mirante ostenta, coloca em destaque o destino “seguro” a qual esta área da cidade se transformou e como ela tem sido consumida sob a fiscalização de viaturas que frequentemente ficam por ali paradas, algumas vezes com as portas abertas.

As formas de esterilização da experiência de alteridade urbana compreendem um processo de espetacularização das cidades que se conecta diretamente com a pacificação do espaço público, como bem mostra Paola Berenstein Jacques (2012) sobre a transmissão de experiências urbanas errantes em narrativas que colocam a cidade como um convite que nos mostra que o espaço público está vivo e é vivenciado pelo *homem comum*, pelo *outro urbano* e pelos errantes, que “inventam seu cotidiano, reinventam modos de fazer, astúcias sutis e criativas, táticas de resistência e de sobrevivência pelas quais se apropriam do espaço urbano e assim habitam o espaço público de forma anônima e dissensual.” (JACQUES, 2012. p.195). Segundo a autora:

⁷ Aparelho eletrônico que funciona mediante a introdução de moedas e que regula o tempo de permanência dos veículos nas vagas de estacionamento em alguns pontos estratégicos da cidade.

A experiência errática, assim pensada como ferramenta, é um exercício de afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de uma condição de estranhamento, em busca de uma alteridade radical. O errante, ao buscar o estranho no cotidiano familiar, vai de encontro a esta alteridade e, assim, instaura o dissenso, que é precisamente o pressuposto básico que possibilita a constituição de qualquer esfera pública [...] Esta experiência do Outro, do diferente, da diferença, da alteridade na cidade, parece ser exatamente o que o processo atual de espetacularização urbana e, em particular, todas as tentativas de pacificação dos espaços públicos dele resultantes, buscam eliminar da cidade. A alteridade (ou o Outro urbano) se torna o principal alvo dos atuais projetos de assepsia, limpeza social (gentrificação), vigilância e controle urbanos, especialmente aqueles ligados hoje aos megaeventos no país, como Copa do Mundo e Olimpíadas (JACQUES, 2012.p. 192-193)

Quando pensamos as dissonâncias e vibrações produzidas entre os meandros da estética urbana e da estética das práticas erráticas pela cidade, devemos levar em conta, além da coexistência e colisão de momentos históricos sob os quais as experiências urbanas são traçadas, o olhar sobre esse *outro urbano*, aqueles e aquelas que ocupam zonas opacas pela urbe: moradores de rua, catadores, prostitutas, *michês*, ambulantes, maconheiros, “nóias” e “flanelinhas”, corporalidades que (des/re)dobram o cotidiano urbano em muitas narrativas e vivências possíveis ao elaborarem *táticas* e *astúcias* que apontam para um campo de *micro-resistências* à assepsia instituída por parte dos projetos urbanos pacificadores e revitalizadores.

Tal possibilidade de alteridade urbana por meio de presenças conflitantes no cotidiano do espaço urbano reflete e “garante a vitalidade resistente nos espaços públicos a partir de uma forma de apropriação que contraria, desvia ou subverte as imposições autoritárias dos projetos urbanísticos mais luminosos e espetaculares.” (Jacques, 2010), despertando assim, nesta pesquisa, o impulso da valorização dessas experiências corporais urbanas como forma de apreensão da cidade contemporânea e sua contribuição ao campo de estudo da arquitetura e do urbanismo.

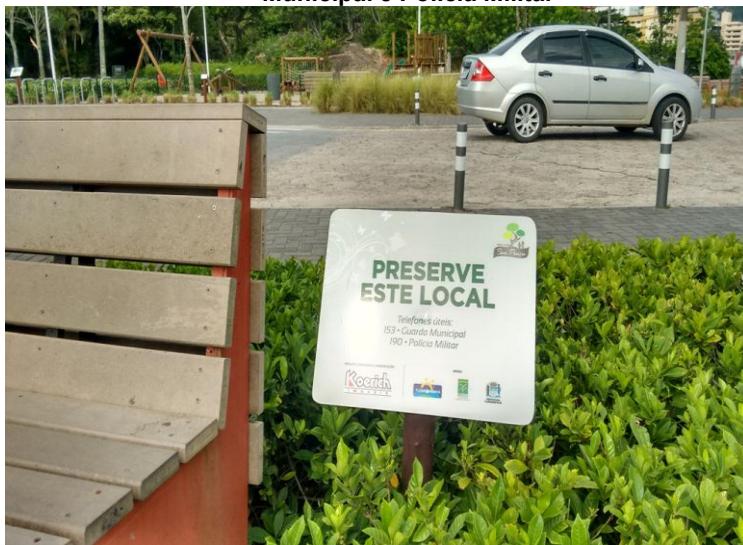
Valorizar as dinâmicas do corpo na cidade e da cidade no corpo implica reconhecer os conflitos e negociações em espaços urbanos em suas transformações e intervenções, que no contexto globalizado, se faz pela “homogeneização, imposição de costumes, estilos de vida pasteurizados, monitoramento da ordem e pureza de seus espaços para uso e lazer das classes mais abastadas”, como analisa categoricamente Alicia Norma González de Castells (2014) em sua reflexão sobre as *Revitalizações urbanas na Ilha da Magia*.

Imagem 21 - Câmera de monitoramento recentemente instalada no Mirante Hercílio Luz



Fonte: Acervo do Autor

Imagem 22 - - “Preserve este local – Telefones úteis – Guarda Municipal e Polícia Militar”



Fonte: Acervo do Autor

3 O FRAGMENTO ENQUANTO MÉTODO

“Não existem homens absolutamente incultos, a linguagem do povo não é sua pronúncia errada, mas sua maneira de construir o pensamento. Ver pode ajudar a ver, a despertar uma natural consciência, e adquirir consciência é politizar-se, decodificar a linguagem visual reduzida a situações existenciais. Ainda que o método seja aquele do analfabeto” Lina Bo Bardi

3.1 Arquitetura corporificada

Traçando uma reflexão sobre os meios de registro das formas de apreensão da cidade contemporânea pelas caminhadas, observações, derivas e *flanêur* que utilizei durante a pesquisa, o que pretendo desdobrar neste capítulo, onde se destaca fundamentalmente o pensamento residual e em *passagens* de Walter Benjamin, que se faz em *imagens de pensamentos* sobre seu método e suas formas de pensar o real em suas dimensões empíricas, oníricas, ébrias e por meio da coleção de memórias e experiências captadas em um processo de escavações e recordações que abrem espaço aqui, para uma reflexão sobre o modelo fragmentário de apreensão da cidade.

Onde se diz fragmento entende-se desordem, resíduos, ruínas, e a recusa a olhares totalizantes e a discursos “oficiais” produzidos pela História, ou nas palavras do próprio Benjamin (1984), “falam do fim da identidade do sujeito e da univocidade da palavra, indubitavelmente uma ameaça de destruição, mas também – e ao mesmo tempo – esperança e possibilidade de novas significações.” (Benjamin, 1984, p.18).

A partir dos questionamentos dos princípios racionalistas que “sustentam” a arquitetura e o urbanismo enquanto campo de conhecimento, a figura conceitual do *Fragmento*, tratado por Paola Berenstein Jacques (2011) em *Estética da ginga*, desperta um olhar além do estudo das formas urbanas, mas sobretudo aos processos que as (trans)formam. Nesta direção contrária aos formalismos que circundam projetos arquitetônicos e urbanísticos, meu ponto de partida foi a própria percepção do cotidiano urbano estudado por meio de saídas de campo, registro de observações, entrevistas abertas e material fotográfico

captado no movimento e percurso desta inflexão, onde segundo a base teórica deleuziana, entende que “o movimento é uma translação no espaço.”.

Em sua categórica análise sobre o método fragmentário de apreensão da cidade a partir da obra de Hélio Oiticica, especificamente acerca dos *Parangolés*⁸, segundo Jacques (2011), o olhar a respeito da maneira fragmentária como se constroem abrigos na favela, especificamente na Mangueira do Rio de Janeiro dos anos 60, evidencia que neste contexto de ocupação de terrenos e construção das favelas, nunca há um projeto preliminar formal para as construções, onde a coleta de materiais para sua execução também nunca cessa:

Os materiais recolhidos e reagrupados são o ponto de partida da construção, que vai depender diretamente do acaso dos achados, da descoberta de sobras interessantes. Os materiais são encontrados em fragmentos heterogêneos; a construção, feita com pedaços encontrados aqui e ali, é forçosamente fragmentada no aspecto formal. À medida que o abrigo vai evoluindo, os pedaços menores vão sendo substituídos por outros maiores e o aspecto fragmentado da construção vai ficando cada vez menos evidente. O último estágio da evolução de abrigo precário – a casa em alvenaria, sólida – já não é formalmente tão fragmentado, muito embora não deixe de ser fragmentário: a casa continua evoluindo. Os barracos são fragmentários porque se transformam continuamente. (JACQUES, 2011. p. 27-28)

Desta maneira, a provocação à imagem e papel tradicional da arquitetura ligada ao sólido e fixo se opõe a desordem, ao acaso, a dúvida, a incerteza, ao “esquecimento do princípio de começo-meio-e-fim”, valorizadas em uma forma de pensamento fragmentária. Para a autora:

⁸ “Na verdade, a palavra “Parangolé” não vem diretamente da favela, mas de uma construção efêmera que Oiticica viu algum tempo antes de conhecer a Mangueira.”, como nos conta Jacques (2011). Os Parangolés seriam então a própria expressão do movimento do modo de construção das favelas retratados e experimentados em capas, tendas e estandartes que incorporam a experiência única de cada movimento à sua composição influenciada pelo samba, pela “coletividade anônima” e pela arquitetura da favela.

É necessário renunciar à causalidade, à explicação por causas e efeitos, à cadeia do desenvolvimento conceitual e, sobretudo, a qualquer cronologia. Trata-se de se familiarizar com as misturas, com os esboços, com as superposições e as diversas formas resultantes de outra concepção temporal. O tempo fragmentário não é linear, poderia ser circular, ou melhor, em espiral, com diferentes níveis desenvolvendo-se mutuamente. Nele, o fim e o começo se misturam, se opõe e se juntam outra vez. (JACQUES, 2011. p.51)

Ao pensarmos a noção de tempo diferido e do pensamento *rizomático*, ou seja, da multiplicidade, em renuncia a ordem estabelecida por uma pretensa linearidade temporal e ao pensamento binário e enraizado, constitui-se, deste modo, novas formas e possibilidades de pensar os fundamentos da arquitetura e do urbanismo, o que induz a novas lógicas, abordagens e instrumentos teóricos e metodológicos inovadores, não mais calcados em repetições e reciclagens teóricas e conceituais de heranças modernas.

Entende-se que as mudanças e transformações das formas de pensamento contrapõem-se a maneiras consensuais, abrindo caminhos a trocas e contágios entre ideias e revisitas aos pilares que sustentam o que ainda insistimos em validar como um fazer científico por meio de valores e anseios positivistas alinhados as normas institucionalizadas de produção do conhecimento.

Nas reflexões sobre *La modernidade superada: arquitetura, arte y pensamiento del siglo XX*, Josep Maria Montaner (1997) tece uma crítica a modernidade discorrendo acerca das transformações ocorridas em finais do século XIX e início do XX, que refletiram a diluição de tradicionais representações da realidade e buscas por novas formas de expressão no “mundo das máquinas”, das formas geométricas, da matéria, da mente, dos sonhos e experimentações com a consciência com os avanços impulsionados pelos estudos de Sigmund Freud.

As críticas à arquitetura modernista e seus alicerces racionalistas foram experimentadas e expressas no campo das artes, da literatura e da arquitetura, como também demonstram em suas diferentes perspectivas metodológicas, Giulio Carlo Argan (1993) com suas reflexões sobre a *História da arte como história da cidade*, Marina Waisman (2013) em suas contribuições sobre a desconstrução da historiografia arquitetônica latino-americana, e Josep Maria Montaner com sua pontual crítica a modernidade.

Montaner (1997) cita como exemplo a Escola de Bauhaus, que a partir da implantação de um método sistemático moderno-racional-métrico e seu aparato técnico, criavam formas, recriavam máquinas e abriam espaço para se pensar novas possibilidades na arte, na arquitetura e no desenho. Os e as artistas de Bauhaus se empenhavam em criar uma “engenharia para a arte, a arquitetura e o desenho”, porém, seus métodos começam a ser questionados e transformados com críticas ao formalismo e racionalismo pela “terceira geração moderna”.

No contexto de produções artísticas e arquitetônicas voltadas ao progresso e aos avanços tecnológicos, dentre os/as arquitetos/as da terceira geração moderna, destaca-se Lina Bo Bardi, que ainda sem romper com os princípios básicos de objetividade, racionalidade e funcionalidade, a arquiteta ítalo-brasileira propunha uma experimentação *corpo-a-corpo* com a realidade, um espaço a ser construído por pessoas comuns em seus usos cotidianos, superando, assim, as imposições lógicas e os limites da arte/arquitetura moderna, acrescentando, com isso, toques poéticos, irracionais e irrepetíveis às novas formas.

Lina Bo Bardi, por meio de uma ação *corpo-a-corpo* com o entorno, oferecia alternativa às regras vanguardistas repensando a ideia de modernidade universal e indo de encontro a valorização da noção de arquitetura *vernacular*, que expressa um caminho na constituição da arquitetura latino-americana, como também descreveu Waisman (2013) ao conceber as conexões entre modernidade e arte popular e tradicional.

No entanto, o corpo no qual Lina Bo Bardi se inspirava era o corpo concebido a partir de fortes traços e pilares modernos, que refletia sua aproximação com a natureza, a razão e o orgânico. Assim, ao trazê-la para o contexto de minha pesquisa, onde os esbarros em corpos e códigos negociados através dos movimentos corporais no urbano e suas significações sobre o mesmo - como observado no contexto do Parque - podem operar como desestabilizadores de valores consolidados que seguem pela bifurcação de nossas formas de pensar: bem e mau, certo e errado, hegemônico/norma e dissidência, normal e anormal, belo e feio, eliminando, com isso, os atalhos e suas possibilidades de caminhos e cenários que servem de abrigo aos conflitos que envolvem as construções subjetivas dos corpos e dos espaços urbanos.

Eduardo Oliveira França (s/a) em seu estudo sobre o corpo na arquitetura de Lina Bo Bardi discute a importância de sua obra, que pode ser entendida por um viés crítico a produção da arquitetura apenas como forma e objeto, e remonta a concepção do espaço como abrigo de “relações humanas, e não mediador entre elas” pelo qual as

considerações sobre as experiências e relações entre corpo e cidade se colocam como uma reflexão fundamental para apreensão das complexidades que envolvem a arquitetura e o corpo, as pessoas e os lugares, o território e a identidade, e pressupõe, dessa maneira, o espaço pensado a partir da ideia de habitação.

A partir de suas análises, o autor pontua a importância de se considerar o corpo no espaço “como fundamental para que a arquitetura seja plenamente habitada, possibilitando o incremento da interação não apenas do sujeito com o lugar, mas com os outros sujeitos.”. Com isso, nos traz detalhes importantes para compreensão do pensamento e da obra de Lina Bo Bardi:

Além dos projetos de edificações ou conjuntos que acabaram tornando-se ícones da arquitetura brasileira, Lina Bo Bardi esteve envolvida, durante grande parte da sua carreira, com projetos para exposições, cenários de filmes e peças de teatro. A necessidade de consideração da atuação dos corpos nestes espaços concorre com a expressão popular que a arquiteta imprimiu em seus projetos. Voltada para inúmeras pesquisas sobre o artesanato brasileiro – até mesmo questionando a relação entre artesanato e folclore no Brasil – Lina trabalha uma mistura entre projetos que devem levar em consideração a interação de um público com determinada arte – seja esta teatro ou exposição – mas traz uma pujança cultural adquirida em pesquisas realizadas no nordeste brasileiro. Lina realizou diversos trabalhos voltados para o teatro e cinema ao longo de sua carreira, trabalhando com diretores prestigiados como Martim Gonçalves, José Celso Martinez Corrêa e Glauber Rocha. A arquiteta sempre se referiu a estes trabalhos como arquitetura cênica, e não cenografia, numa compreensão de que mesmo projetos para eventos como peças de teatro deveriam ter o potencial de exploração do espaço levado ao máximo, ao invés de se criarem cenários com os quais não se verifica a interação dos atores. [...] Dessa maneira, há como interpretar um forte componente da consideração acerca de habitar os espaços na obra de Lina. Sem sombra de dúvida, em sua obra podem ser notados elementos de consideração

acerca da habitação dos espaços, e a consideração do corpo passa necessariamente por isso. Desde os didáticos cavaletes com base de concreto e lâmina em vidro do MASP até todo o mobiliário pensado para o SESC Fábrica da Pompéia, pode ser vista uma consideração sobre a idéia do corpo habitando os espaços, utilizando estes espaços em todo o seu potencial. Os projetos da arquiteta para exposição ou arquitetura cênica são preciosos na medida em que podem ser explorados considerando a idéia de serem criados espaços para a apresentação de algo com elevada carga simbólica. (FRANÇA, s/a, p. 2-3)

Desse modo, a ampliação do sentido da prática arquitetônica moderna que Lina Bo Bardi nos ensina pode trazer questões importantes para o debate atual, que, indo de encontro ao meu estudo nesta pesquisa, entende-se que imaginar o espaço urbano a partir do empoderamento dos corpos excluídos dos próprios projetos e planos urbanísticos e arquitetônicos, passa pela necessidade do reconhecimento de privilégios atribuídos a certos moldes corpóreos “coerentes” e “adequados” aos espaços urbanos sob a mira das revitalizações, e de que a exclusão e invisibilidade de corpos que transitam pelo desconhecido, que por meio de suas *táticas* e *astúcias* que tecem um lugar, temporário talvez, por meio de experimentações no/do corpo-cidade que borram e distendem os limites e cruzamentos, e incorporam e contaminam, por meio de suas travessias, o lugar da possibilidade, da circunstância, do acaso e da experimentação.

Dentro desse quadro pintado por diversão mãos e passagens cotidianas de uma *arte nômade*, o trabalho do arquiteto Marcelo Schroeder (2009) nos fornece uma forma de investigação com base teórica deleuziguattariana que se opõe as institucionalizações que expressam e operam como regime de instauração do *sedentarismo* do espaço.

Em seus registros de cenas da sexualidade florianopolitana em sua dimensão estética no centro da cidade em distintos momentos cotidianos, onde se torna evidente que a “constatação de regimes de tempo para a realização de eventos locais associa-se à criação de corporalidades e espacialidades que se tornaram importantes para avaliar as construções subjetivas nas quais a arquitetura urbana se revela.”, destacam-se, a partir de seu método fragmentário de

enquadramento pelo *Framing*⁹, as movimentações híbridas de seus próprios significados, sendo possível, inclusive, *o nômade* se tornar *sedentário* e o mesmo ao contrário.

A proposta de Schroeder (2009) de percorrer a cidade com o objetivo de ampliar e aprofundar à localidade e universo conceitual com qual se propõe a trabalhar assume em seu percurso metodológico uma certa “postura descompromissada”, onde essa própria nebulosidade e orientação por suas curiosidades e “interesse por locais estigmatizados pelo abandono” foram encarada como parte de seu processo em *framing* e em movimento, de construção de sua pesquisa, que se afasta de um olhar e busca de uma totalidade, possibilitando assim, em suas caminhadas ou passagens de automóvel, a captura de detalhes em momentos ora mais próximo e envolvido e em outros momentos mais distante.

A partir das imagens registradas em sua pesquisa, a composição fragmentada de cenas diversas coloca-se como um instrumento que permite a revelação da dimensão sensível que as compõem por meio do que se disfarça e se revela nas dinâmicas urbanas que tem como palco o centro da cidade. Com isso, os fragmentos compreendidos pelo termo “cena” levam em conta uma série de transversalidades entre imagens, que “ao suprimir-se o tempo de deslocamento evolvido no trajeto entre cenas, revela-se, através de fragmentos do trajeto, o território sensível da coexistência.”.

3.2 Narrativas residuais em Walter Benjamin

O registro em narrativas de caminhadas, passeios e “viagens” por diferentes cidades e experiências por espaços de memória percorridos por Walter Benjamin, onde o perder-se pela cidade se traduz em uma

⁹ “Neste processo, o uso da tecnologia do vídeo foi fundamental para compor um método de análise que nomeamos *framing*. Como uma forma de apresentação das imagens, o *framing* corresponde à cópia de imagens retiradas do vídeo pontuando momentos precisos de interesse à pesquisa. O *framing* consiste na retirada de *frames* (quadros) do vídeo, mas, a forma como eles podem ser usados é a mesma das fotografias através de máquinas digitais. A proposta do *framing* consite num jogo inverso. Busca-se fragmentar o cinema e com isto revelar momentos pouco representativos se vistos em continuidade.” (Schroeder , 2009. p. 68)

coleção de fragmentos residuais recolhidos entre ruínas, rastros, farrapos e “outros estados de consciência”, abrem caminho a uma análise a partir do pensamento fragmentário do autor, que fundamenta toda sua teoria e método por meio da experiência derivada da vida nas grandes metrópoles.

Pelo percurso teórico sobre o movimento urbano em sua dimensão errante com base nas reflexões empenhadas por Benjamin, onde experimentar a cidade e percorrê-la por “outros” caminhos passaria a representar desafios e ambivalências que se colocavam frente ao fascínio e o medo provocados pela vida urbana na metrópole, como nos mostrou Jeana Laura da Cunha Santos (2012) em seu artigo *Beneditinos da história mínima: Benjamin, o colecionador e o cronista*, no qual se refere aos escritos “menores” em narrativas sobre a cidade elaboradas pelos cronistas e por colecionadores modernos.

Segundo a autora, o pensamento residual de Benjamin se traça a partir de uma perspectiva histórico materialista, voltada às narrativas de experiências em *continuum* de vir e de “um passado carregado de agoras”, onde a ideia de “residual” expressaria a sobrevivência do passado para além dele próprio, mas sobretudo como parte do presente. Uma linha de pensamento que se esboça pelos resíduos e ruínas que se opõem a historiografia progressista e ao historicismo que se orientam pelas limitações de um tempo calculado de forma cronologicamente homogêneo e linear, de modo que a subverter a lógica do tempo e de seus usos, coloca em evidência e em cheque o caráter descontínuo da história e o sentido transitório que é atribuído às coisas.

Assim, as figuras do colecionador e do cronista, produtos do *estilhaçamento* do tempo e da apropriação de resíduos e restos, encontram-se pela teoria benjaminiana por aquilo que possuem de residual e fragmentário em suas narrativas que partem do resgate de objetos e “detalhes” de um determinado momento histórico, procurando “extrair deles o quanto de arte e lembrança” possuem. Para Jeana Laura da Cunha Santos (2012),

ambos trabalham com ruínas que insistem em sobreviver na edificação das cidades. Enquanto o colecionador recolhe o residual da metrópole para levá-lo para casa, subtraindo daí um patrimônio próprio, intransferível, o cronista deduz da cidade as mínimas histórias para devolvê-las a esta mesma cidade em forma de narrativa. Ambos documentam, classificam, arquivam para a posteridade o que, em última instância, está

condenado à morte. [...] O colecionador moderno realiza a sua colheita buscando na profusão de coisas do mundo não o arcaico, mas o residual” (SANTOS, 2012. p 51)

Por este caminho, a busca pelo residual e “miudezas” produzidas pela metrópole por meio do método de Walter Benjamin consiste em apreender a realidade como descontínua, “misturando os tempos, entrelaçando as varias historias, dissolvendo o centro, preferindo as bordas, as margens, os produtos menores” (p. 54), onde pelas histórias abandonadas e apagadas pela historiografia oficial torna-se possível notar a dialética do tempo e da memória. Como diz Benjamin (1984), “a existência do colecionador é uma tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem” (p. 228).

Com isso, tanto o colecionador que em seu trabalho de recolher, intercambiar e classificar os objetos “menores” e residuais históricos, quanto o cronista que debruça atenção sobre a fisiologia da vida urbana das grandes cidades, apresentam-se como monumentos de narrativas da história por escritos que a caracterizam como não linear, onde a descontinuidade, a ruptura, a catástrofe e o acúmulo de ruínas podem ser pensados como características fundamentais de seus movimentos.

A crônica em seu diálogo direto com a rua, pelas histórias mínimas da vida na cidade, que se materializa inclusive em seu *estilhaçamento* para que coubesse nos espaços dos jornais à sua época, anuncia a primazia do pensamento fragmentário sobre o universal e das micro-histórias sobre a “História Oficial”, fazendo com que nesse contexto os fragmentos, as ruínas, os resíduos, os vestígios e entulhos adquirissem importância elementar para o processo de narrativas sobre a história.

Essas narrativas colhidas, recicladas, descortinadas das ruas pelo trapeiro e pelo *flanêur*, e “catado no chão das ruas da grande metrópole, ressurge aos olhos do observador como material poético ou histórico”, e se coloca, segundo a autora, como o exercício do cronista e do colecionador:

O colecionador de Benjamin “trabalha sobre fragmentos, ruínas e desordem, subvertendo a noção de coleção imposta pelos museus e bibliotecas da história que Benjamin chamaria de “oficial”. Através da sua forma tatente, seletiva, porém imperfeita, de catalogar, que não tem a pretensão patrimonial do bem acabado, o

coleccionador benjaminiano revela a inconclusão do tempo, sua fragmentação, caducidade e transitoriedade. [...] Na busca trôpega do colecionador de dar ordem à desordem, ele didaticamente revela que a perda da integridade, a instabilidade, a mutabilidade são marcas do indivíduo e da história. (SANTOS, 2012. p. 52-53)

Pelos resíduos encontrados nos rastros de seu método de *montagem* e desmontagem do historicismo, Walter Benjamin propõe uma forma aberta de pensamento, onde os nexos e as certezas consolidadas desmoronam e expõem a desordem e a incompletude como princípio elementar de análise que partem do embaralhar e do movimento das peças e fragmentos recolhidos.

Desse modo, narrar e apreender o espaço urbano por *montagens* e fragmentos residuais possibilita a criação de espaços outros derivados de experiências espaciais, corporais e sensoriais, que por meio dessas narrativas, frisam que a cidade está viva e que é vivenciada por usuários e usuárias orientadas por diversos tipos de agenciamento, e ainda que falar dessas experiências é falar de técnicas do corpo, de técnicas urbanas, de limiares, de táticas e astúcias elaboradas para viver em sociedade.

Em suma, pelos descaminhos trilhados pelas borras deste método em suas zonas de passagens e coletas de resíduos e limiares, como diz Jeana L. da Cunha Santos (2012) “cabe à nossa percepção, enquanto críticos-arqueólogos, resgatar nos escombros de uma cidade em ruínas as primeiras formas de um passado que perdura até hoje” (p. 62)

3.3 Rastros do *flanêur* e imagens de pensamento benjaminianos

Os escritos que compõem *Imagens de pensamento – sobre o haxixe e outras drogas* de Walter Benjamin com tradução de João Barrento (2013) além de explicitarem seu método de trabalho por imagens residuais, recortes e montagens presentes nas percepções, relatos, visões, cidades e análises sobre as contradições políticas e intelectuais que rondavam e ameaçavam a Europa das primeiras décadas do século XX, reconhece a impossibilidade de alcance daquilo que “fora historicamente

pretendido pela filosofia: se apropriar, conter, possuir a verdade.” (ARAÚJO, 2014)

A partir de meticolosos registros de experiências corporais e sensoriais que envolvem memórias, riscos, nostalgia, circulação pelo espaço urbano, e o uso de causadores de embriaguez e alteração da percepção e da consciência, ousava dizer que “o fumante de ópio ou de haxixe tem a experiência do olhar que é capaz de encontrar cem lugares diferentes num único”, como relata em seus *protocolos de experiências com drogas*.

Sua forma de pensamento e escrita fragmentária e ensaística, que contraria uma filosofia mais tradicional e sóbria em sua proposta de “escrita de apresentação”, entende o pensamento como intrínseco a linguagem e não como mediador e interlocutor do conhecimento e de apreensão de pretensas verdades que, inclusive, segundo o autor existem em seu devir indômito e fugaz, podendo ser analisado por fragmentos descontínuos encontrados, por exemplo, em resíduos e ruínas pela cidade.

A respeito das *Deambulações de Walter Benjamin*, Rodrigo Araújo (2014) nos conta que o método benjaminiano reconhece a “natureza vacilante da própria verdade”, e na medida em que se coloca como uma ousada e inovadora indireta proposta de pensamento de um fazer filosófico fragmentário, que ““margeia” o que não é possível dizer” em um contexto onde a linguagem encontrava-se engasgada por censuras e discursos totalizantes e universais de completude, podendo, com isso, cautelosamente dizer de forma generalizada que parte dos fragmentos encontrados em *Imagens de Pensamento* retratam os reflexos do cenário cultural urbano europeu pelas “viagens” e deambulações e *flanêur* de Benjamin entre cidades e processos distintos de modernização.

Suas passagens por Nápoles, Ibiza, Moscou, Marselha e Paris trazem o registro de caminhos errantes onde a atenção a construção de suas formas de narrativas sobre os percursos da história dizem respeito também aos desdobramentos metodológicos inclusos em suas análises, onde para Araújo (2014) seu pensamento e escrita fragmentada:

[...] ao princípio, sempre passível de renovação, realçando o estado de ruínas e inacabamento das coisas, bem como, de maneira indireta e não linear, uma escrita do desvio, nômade, que sonda, perscruta o objeto nos seus diferentes extratos de sentido, sem, contudo, entrar num estado de indiferenciação, já que marcada pela sobriedade

reflexiva de cada ir e vir do pensamento.
(ARAÚJO: 2014, p. 249)

Guiado pelas narrativas que considerem as experiências erráticas pela cidade como crítica a cidade contemporânea por sua possível apática de experiências e de vivências não esterilizadas, trago para a discussão sobre a profanação das cidades a figura do *flâneur* nas vozes de errantes a partir de suas próprias experiências vivenciadas no corpo-cidade por meio de suas caminhadas orientadas por uma poética ébria: Baudelaire (1821 – 1867), que em suas narrativas pessoais em poesia descrevia e questionava o planejamento e a construção da cidade denunciando a demolição de partes da cidade em palavras críticas à reforma e transformação urbana parisiense de meados do século XIX (JACQUES: 2012) -, e o próprio Walter Benjamim (2013), que também teceu um olhar “dissidente” sobre a cidade a partir de sua experiência, narrando, por exemplo, sua experiência com *Haxixe em Marselha*, publicado pela primeira vez no jornal *Frankfurter Zeitung* em 1932.

Os dois autores, e também o olhar de Paola Jacques (2012), me permitem apreender a investigação da cidade e seus métodos de abordagem pelo *flanêur*, que recriado em Charles Baudelaire expressa uma mistura de fascínio e reação ao processo de modernização da cidade, causando o embaralhar de sentidos no contato com a multidão e os processos de alteridade urbana.

Segundo Jacques (2012), sabe-se que antes de Baudelaire, ainda no século XVIII, Paris já havia sido palco de deambulações e registrada e narrada por outros errantes urbanos. Sébastien Mercier, em *Tableau de Paris*, de 1781 e Restif de la Bretonne, em *Les nuits de Paris ou le spectateur nocturne*, de 1788. Também Honoré de Balzac, em *La Ville aux yeux d’or* ou *La comédie humaine*, 1841, e Vitor Hugo, com *Notre Dame de Paris*, de 1831 e *Les Misérables*, de 1862; ou Emile Zola, em *Le ventre de Paris*, em *Les Rougon-Macquart*, de 1873.

Suas narrativas traziam notas de suas próprias experiências pela cidade, e abordavam majoritariamente a questão da desigualdade e miséria visíveis nas ruas de Paris, diferente de Baudelaire, que entre os errantes urbanos recriou a “figura mítica do *flâneur*” em seu caminhar poético:

A multidão é seu universo, como o ar é o dos pássaros, como a água, o dos peixes. Sua paixão e profissão é *desposar a multidão*. Para o perfeito *flâneur*, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no

ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes, apaixonados, imparciais, que a linguagem não pode definir senão toscamente. O observador é um *príncipe* que frui por toda parte o fato de estar incógnito. (Charles Baudelaire, O pintor da vida moderna, original de 1863, publicado no jornal *Le Figaro* – *apud* Jacques, 2012)

O método *flanêur* como meio de acesso a apreensão da *Luz* se apresenta assim como um leque aberto de experiências e possibilidades, que se fazem nos caminhos percorridos no corpo e na cidade, no “se perder ou se encontrar no meio de desconhecidos, [...] nas esquivas, deslocamentos de ombros, olhares passantes, toques errantes” (JACQUES: 2012). Com isso, torna-se possível, por esses (des)caminhos, apreender por meio de registros errantes o espaço urbano a partir de um olhar crítico à arquitetura e ao urbanismo hegemônico e imperativo.

João Barrento (2013), em *Limiaries sobre Walter Benjamin*, além de pontuar sua forma de pensamento constelar, residual e em montagens traz uma discussão específica a respeito do *Olhar e a memória como método*, que muito pode contribuir a uma reflexão sobre possibilidades metodológicas de apreensão da complexidade da cidade contemporânea.

A partir das ideias de Benjamin e de seu conceito de *actualidade* e sua direta relação com o tempo (ou “os tempos” encontrados pela vida urbana), a composição de uma “constelação moderna como a da grande cidade e suas figuras”, onde:

[...] a noção de *actualidade* nunca foi para Walter Benjamin a do puro imediatismo ou da novidade, era antes a de um “tempo-de-Agora” (*Jetztzeit*) que convoca passado e futuro e tem de se distinguir da mera factualidade e da vivência daquilo que é de hoje na ordem do imediato e se esgota no presente. [...] Actual não é, então, aquilo que acontece no presente e que muitos veem e vivem à superfície, mas aquilo que nele actua e promete. Não há actualidade sem consciência da

dimensão histórica no presente. (BARRENTO, 2013, p. 86)

O trabalho de escavações e rememorações sobre a atmosfera urbana “cheia de sinais opacos” e de espaços fora do tempo pelas potencialidades do *flanêur* em seu devir labiríntico, fragmentário, rizomático, absorto, disponível e ébrio, abre-se a caminhos para experiências urbanas “em outros estágios de consciência”, em outras dimensões sensitivas, em rotas por onde pode-se dizer que se contrariam o turismo “oficial” e apontam para outras direções e possibilidades.

Psicoturismo, turismo xamânico, pedras quentes sobre o corpo, banho de ervas de lugares “desconhecidos”, turismo do risco por zonas inóspitas e buscas que embaralham e embaçam as margens e os caminhos da cidade, ou, como nos conta João Barrento (2013):

Benjamin fala de um novo mundo a nascer das ruínas da velha cidade. Nós só podemos falar de um mundo em devir para o incerto, neste momento final de uma modernidade que a si mesma se superou para entrar na fase da sua decadência – que sempre marcou a ponta final das chamadas “grandes épocas” e dos grandes impérios.” (BARRENTO, 2013. P. 102)

Com isso, podemos ariscar uma possível (des)orientação pela apreensão das cidades contemporâneas a partir da *constelação* benjaminiana, onde podem ser pensadas como grandes *montagens* composta por inúmeros recortes por diferentes tempos e por figuras, peças e ecos polissêmicos em seu devir embaralhado, incerto, inacabado e vertiginoso. Discussão metodológica específica que pretendo aprofundar em estudos futuros sobre Walter Benjamin e seu método.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta dissertação de refletir sobre o *corpo e a cidade à luz da gentrificação* sugere, de maneira modesta, a ampliação e distensão dos moldes que tradicionalmente fundamentam o campo de investigação da arquitetura e do urbanismo, como nos ensinam atuais estudos atentos ao corpo e às dinâmicas urbanas que o envolvem como um caminho de análise possível à tessitura de uma crítica ao processo de *espetacularização* e policiamento a qual o corpo e a cidade estão inseridos na contemporaneidade. (Teixeira, 2013; Preciado, 2010; Schroeder, 2009)

Com o olhar voltado para uma região inserida em um contexto urbano marcado por acelerados processos de revitalizações e investimentos estratégicos sobre o espaço em questão, o que procurei demonstrar ao longo deste trabalho foi a existência de mecanismos de ordenação, controle e limpezas urbanas que direcionam suas ações e políticas às corporalidades e práticas que de alguma forma “ameaçam” e desestabilizam a ordem hegemônica da cidade.

“Presenças incômodas”, que ao colocarem em evidência as tensões e conflitos inerentes aos espaços públicos borram e flexionam limiares entre *fronteiras simbólicas* e posições consolidadas de margem e centro, norma e dissidência, rua e casa, público e privado, e apontam para transformações nos próprios significados e percepções consolidados atribuídos aos usos do espaço estudado.

A partir do registro em descrições e análises traçadas ao longo dos capítulos, pode-se dizer que os movimentos e transformações que caminham pela região da *Luz* foi o que busquei apreender neste trabalho e também o que circundou uma considerável parte de minhas reflexões acerca de algumas transformações urbanas ocorridas nesta área da cidade e seus recentes processos de revitalizações urbanas que vem envolvendo toda a atmosfera da *Luz*.

Por meio de fragmentos de registros do cotidiano do Parque da Luz e seu entorno, pude acompanhar o acender das luzes em *led* promovido pela revitalização do Mirante Hercílio Luz em janeiro de 2015, assim como a significativa alteração da dinâmica e dos fluxos urbanos desdobrados e demandados pelo fenômeno da gentrificação nesta região.

Os *ruídos da gentrificação* ecoados pela região da Luz soam dissonantes quando esbarrados em *errâncias urbanas* e *práticas ordinárias* que coexistem aos usos esperados e “normais” destes espaços. Corpos e práticas na mira de projetos urbanísticos e políticas

urbanas que visam de maneira muito enfática, encobri-los por *gentrificados* tapetes urbanos que refletem uma paisagem urbana “segura” e pacificada, como esboçado ao longo do capítulo 2.

Dentro desse quadro de estudos, nota-se nos últimos anos uma considerável multiplicação de trabalhos que vem investigando e debruçando atenção ao fenômeno da *gentrificação* nos estudos urbanos contemporâneos no campo das ciências sociais, da arquitetura e urbanismo, ou da economia, e tem se mostrado um tema caloroso a muitos desdobramentos e discussões, sobretudo quando pensamos as diversas peculiaridades e especificidades sociais, arquitetônicas e urbanísticas locais de cada dinâmica urbana.

Assim, o conceito de *gentrificação* apreendido como uma ferramenta de compreensão de processos de requalificações e revitalizações urbanas que abarcam as dinâmicas que tecem as cidades contemporâneas e que envolvem a alteração e desconfiguração de contextos social que habitam estes espaços, neste estudo se estende a considerações acerca dos usos previstos por planejadores urbanos que são subvertidos, nos mostrando, dessa forma, as dinâmicas em disputas que emendam os tecidos urbanos da cidade.

Moradores de rua, *pegação*, ruínas, drogas, flores, esporte, *pet*, contemplação. Ainda que de maneira arriscada, é possível esboçar alguns caminhos pela observação e registro do cotidiano do Parque da Luz, que envolvem expectativas, anseios, dilemas, valores, conflitos, e também cotidianas remarcações e reafirmações de fronteiras e demarcações espaciais e corporais.

Os espaços de sociabilidades criados no Parque da Luz, seja as rodas de conversas de moradores dos arredores ao final da tarde após o trabalho, os horários de almoço e intervalos dos funcionários dos restaurantes, ou então as rodas de fumantes de maconha de “malacos” ou “playboys”, e as passagens errantes de pessoas em *situação de rua* ou dos que buscam ali relações sexuais pelo circuito da pegação, circulam e deixam marcas pelo Parque que podem ser pensadas, neste estudo, como *microresistências* aos processos de pasteurização e esterilização da experiência urbana e da vida na cidade.

Com a atenção voltada à elucidaciones a respeito de aspectos direcionados à crítica a arquitetura dos corpos e da cidade atravessados e contaminados por alicerces e *croquis* racionais, formais e funcionais, optei por fazê-lo inclinando os diálogos entre leituras sobre as *errâncias urbanas* e seus *praticantes ordinários*, aproximando os olhares dos estudos urbanos do campo da arquitetura e do urbanismo.

As situações e questões que emergiram ao longo desta pesquisa me posicionaram diante de reflexões acerca do urbano entendido como um emaranhado de negociações tensas e prazerosas em seus diversos discursos transversais, onde meu corpo, posto a caminhar pela *Luz* para então fazer suscitar e emergir questões sobre a relação entre o espaço urbano e os corpos se encontrou em muitos momentos em meio aos conflitos inerentes aos choques de alteridade produzidos com a circulação pela cidade e o contato com o “outro urbano”.

No que diz respeito ao trabalho de campo, alguns de meus registros em fragmentos de observações pela região da *Luz* ilustram e deslindam um pouco sobre o que pude perceber nestes percursos errantes e aproximam a discussão sobre o corpo e a cidade. A proposta teórico-metodológica do *fragmento*, que *corpo-a-corpo*, pelo *flanêur* e pela *corpografia urbana* foram fundamentais para (re)orientar as formas de pensar o corpo, a cidade e a própria prática e método científico no contexto contemporâneo, onde encontra no pensamento banjaminiano uma potencia a outros desdobramentos e caminhos e formas de percorrê-los pela cidade.

Na tentativa de organizar informações que obtive a partir da pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, iniciei minhas reflexões situando minha “familiaridade” com os Parques e parte de minha trajetória acadêmica para orientar a *corpografia* da escrita, de modo a refletir à luz de autores e autoras que se debruçam sobre o urbano e sua dimensão metodológica que partem se sua apreensão pelo fragmento, pelo *framing*, ou pelas *passagens*, em oposição a um olhar totalizante e que desconsidere as particularidades locais e sensoriais específicas de cada região e cada corpo em processo de *gentrificação* assim como seus modos de agenciamento, cantos experimentados e táticas criadas nestes percursos.

Com isso, discuti de que maneira as situações vivenciadas diariamente no cotidiano do Parque da Luz dizem respeito as relações de poder que constituem e cerceiam os espaços urbanos e seus usos projetados a partir de anseios, privilégios e expectativas movidas pela máquina imobiliária e do encontro aos *espaços praticados* pelo *homem comum*, que muitas vezes se colocam como freios ou barreiras desses motores que pretendem levar a cidade para caminhos que a entendam como um item de consumo voltado aos grandes interesses econômicos e negociações políticas entre poder público e privado.

Brechas, fissuras e atalhos abertos nos espaços urbanos que literalmente realocam lugares e corpos encontram-se friccionadas em espaços em movimento e transformação. Espaços até então tidos como

fixos, sólidos e “esquecidos”, e que a partir de suas (re)apropriações fazem brotar questões sobre como os processos de produção do espaço das cidades refletem novas configurações e possibilidades de ocupação e experimentação, justamente por se tratar de um tecido urbano bordado pela prática e pela colisão de seus múltiplos usos e sentidos, que existem inclusive fora e além das pranchetas de arquitetos e urbanistas.

As práticas errantes que ocorrem no Parque da Luz me levam a compreensão de que mesmo com a imposição de um urbanismo e uma arquitetura opressora, heterocentrada, polida e higienizada, fissuras são abertas para a apropriação e subversão dos espaços urbanos, e se tornam justamente o lugar de vivências que, quando pensamos as disputas e tensões espaciais que sempre estiveram presente no cenário urbano da Ilha ou de outros centros urbanos, as atuais dinâmicas que envolvem os processos de *gentrificação* parecem retratar velhos enredos, talvez agora em novos enquadres e ângulos, onde os cenários se mostram como palco de conflitos entre as tentativas de adoção de mecanismos que induzam a pretensão de existências pasteurizadas e mornas em espaços urbanos em constante devir ebulição.

Com isso, a partir do que foi observado durante a pesquisa outros caminhos futuros se abrem e exigem o aprofundamento e urgência de uma atenciosa reflexão a respeito do papel efetivo do Estado nos processos de *gentrificação*, que envolvem um estratégico aparato de ações sobre o espaço urbano rumo ao “apagamento” de conflitos, experiências e corporalidades que possam de alguma forma ferir os olhos de turistas e de outros específicos consumidores urbanos.

Exige-se o mais rápido possível que sejam apagados os rastros e marcas deixadas pelo “outro” homem comum, por vezes que vem sido cotidianamente caladas e literalmente asfixiadas pelos novos ares “pacífico” e “limpos” da *gentrificação* que tanto “incomodam” os muros brancos de nossas cidades: “ARROZ, FEIJÃO E GANJA”, “CIDADE Á VENDA”, “SAUDADE ETERNA IRMÃO LEO”, “FORÇA JOVEM”, “VIOLENTO É O ESTADO”, “CADÊ O AMARILDO?”.

Ao reconhecer que estas reflexões foram uma tentativa inicial de me familiarizar e estranhar com este campo de estudo e olhares sobre a cidade, que estarão indelevelmente presentes na continuidade que pretendo dar a este estudo futuramente em um doutorado e em breve pelos caminhos das novas portas que se abrem pelo mestrado em Antropologia Social que acabo de ser aprovado, e por onde neste momento seguirei com novas ideias que fervilham com o término deste trabalho e por onde pretendo voltar minha atenção às lacunas e buracos que ficaram pelo caminho, em aberto e a serem preenchidos ou

vivenciados pela potência que seus ecos, vertigens, medos, fascínios e vibrações que suas presenças, muitas vezes “incômodas”, podem ser capazes de produzir.

Assim, esta dissertação busca oferecer alguns elementos que possam contribuir para reflexões sobre a maneira como as transformações ocorridas na cidade de Florianópolis, que em 2010 contava com a população de aproximadamente 340.000 habitantes e passou em 2013 para mais de 450.000, ostentando a posição de capital brasileira com maior IDH, estão inseridas em um processo mais amplo de *gentrificação* urbana, como nos mostra Alicia N. G. de Castells (2014) ao analisar a Ilha da Magia *na mira das revitalizações*.

O movimento da cidade pelas transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, quando antes a cidade era considerada “provinciana” - “pela forte presença de suas rotinas, horários de atendimento dos comércios e ausência quase absoluta de equipamentos para a vida cidadina nos campos cultural, de lazer e serviços como hotelaria, bares, cafés, etc.” (p. 175) – e as significativas mudanças que a projetaram como alvo do consumo de turistas onde, aliás, a própria denominação de “Ilha da Magia” foi atribuída pela indústria do turismo “num apelo que procurava realçar prioritariamente suas belezas naturais e a qualidade de vida e o lazer, foi uma forte alavanca imagética para projetá-la nacional e internacionalmente.” (p. 175).

Aterros, elevação de pontes, construção de vias troncais, novas edificações e crescimento imobiliário. Marcas expressas tanto em sua “estrutura física territorial quanto na configuração de suas paisagens” e que “pertencem a um leque extenso de ações realizadas pela esfera pública e privada em áreas da cidade em geral”. Segundo o destaque de Castells (2014) a respeito do movimento das dinâmicas urbanas que acompanham tais modificações:

A cidade sob esse furacão de transformações reúne uma população de moradores permanentes, flutuantes e visitantes de várias procedências e estilos de vida, que vão impondo suas marcas no solo urbano e no plano discursivo, fundamentalmente através de uma mídia acrítica e complacente. São todas formas que expressam no nível do desejo, ou na própria prática, uma cidade de imagens polissêmicas e não necessariamente harmônicas entre os diferentes agentes da cidade. Muitas dessas transformações podem ser apreendidas a partir do fenômeno das

revitalizações urbanas – processos que sofrem muitos bairros, ruas ou municípios da cidade. [...] As revitalizações ou reabilitações urbanas sob a ótica do valor patrimonial realizadas no centro histórico revelam que o desenvolvimento desses processos implica também a segregação das partes mais caras à condição de vida que lhes dá sentido; excluem as ressonâncias, o patrimônio imaterial, os saberes e formas de fazer do homem comum que mantêm em pé e dão sentido às estruturas materiais. (CASTELLS, 2014, p. 176 -186)

Como apontado pela autora, e, por fim, é possível lançar uma reflexão que traga a política das diferenças que são demarcadas nesses espaços *gentrificados*, ou, ainda e especificamente, sobre as metamorfoses com relação ao corpo e a cidade que a região da Luz vem percorrendo e seus iminentes conflitos traçados por discursos, corpos e práticas orientadas por múltiplos modos de agenciamento.

No entanto, a nova luz acesa pela *gentrificação*, que iluminam a reconfiguração do tecido urbano desta região da cidade produz sombras e espaços possíveis à política “dança dos vaga-lumes”, como trouxe Georges Didi-Huberman (2011) inspirado pelo escritor e cineasta Pier Paolo Pasolini, que recorreu a tal metáfora para falar da resistência aos holofotes do fascismo na Itália.

Pode-se distender e relacionar o que diz Didi-Huberman, em *Sobrevivência dos Vaga-lumes* apontando para “esse momento de graça que resiste ao mundo do terror”, ao que observei em campo e tratei nesta dissertação abrindo caminhos às experiências e registros errantes percorridos pela região da Luz, onde se torna possível associar a sobrevivência resistente dos “lampejos errantes dos vaga-lumes” à sobrevivência das próprias práticas erráticas pela cidade. Sendo assim, como sugere Didi-Huberman:

[...] não se pode, portanto, dizer que a experiência, seja qual for o momento da história, tenha sido ‘destruída. Ao contrário, faz-se necessário [...] afirmar que a experiência é indestrutível, mesmo que se encontre reduzida às sobrevivências e às clandestinidades de simples lampejos à noite. [...] Devemos, portanto [...] nos tornar vaga-lumes e, assim, formar novamente a comunidade do desejo, a comunidade de lampejos emitidos, de danças apesar de tudo, de pensamentos a transmitir. Dizer

sim na noite atravessada de lampejos e não se contentar em dizer o não da luz que nos ofusca” (DIDI-HUBERMAN, 2011. p. 104)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antonio. *A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência*. In: Paisagens paulistanas – Transformações do espaço público. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2000.

ARANTES, Otilia. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Rodrigo. *Deambulações de Walter Benjamin: entre as imagens do pensamento e o haxixe*. In: Redobra, nº 14, ano 05, 2014

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARRENTO, João. *Limiares sobre Walter Benjamin*. Florianópolis - SC: Ed da UFSC, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Imagens de pensamento/Sobre o haxixe e outras drogas / Walter Benjamin*; edição e tradução de João Barrento. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *Passagens*. Trad. de Irene Aron. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. _____ *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: brasiliense, 1984.

BRITTO, Fabiana Dultra e JACQUES, Paola Berenstein. *Corpo e cidade: coimpliações em processo*. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v.19, n.1 e 2, p.142-155, jan./dez. 2012

CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de. *Revitalizações urbanas da Ilha da Magia (Florianópolis)*. In: CASTELLS, A.N.G. de; SANTOS, J. L. da C. (org). *Patrimônio cultural e seus campos*. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2014. _____ *Reabilitações urbanas na cidade contemporânea: entre as formas de fazer a cidade e as formas de fazer na cidade*. In: CASTELLS, A.N.G. de; NARDI, L. (org). *Patrimônio cultural e cidade contemporânea*. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2012.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Aqui jaz um cemitério: a transferência do Cemitério Público de Florianópolis, 1923-1926*. 86 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2004.

CASTRO, Elisiana Trilha; CASTELLS, Alicia Norma Gonzales. ***Lugar de patrimônio é no cemitério: O desterro luterano no cemitério São Francisco de Assis – Itacorubi/Florianópolis.*** In: XIV Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2007, Florianópolis. Anais do XIV Congresso da SAB, 2007.

CASTRO, Eloah Rocha Monteiro de. *Jogo de formas híbridas. Arquitetura e modernidade em Florianópolis na década de 50.* Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História Cultural), CFH, UFSC, Florianópolis.

COELHO, Mário César. *Moderna Ponte Velha: Imagem e Memória da Ponte Hercílio Luz.* Fpolis: Dissertação de Mestrado, História, CFH, UFSC, pp 80-85.

COSTA, Sandro da Silveira. *Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960).* Dissertação de Mestrado, Geografia, CFH, UFSC, Florianópolis SC, 2002.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1994.

DELEUZE & GUATTARI. *Mil Platôs.* Vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alli. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DELGADO, M. *Sociedades Movedizas: Pasos hacia una Antropología de las calles.* Barcelona: Ed. Anagrama, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes / Georges Didi-Huberman; Vera Casa Nova, Márcia Arbex, tradução; Consuelo Salomé, revisão.* Bela Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988. _____A *governamentalidade.* Em Michael Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 277-293). Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FRANÇA, Eduardo Oliveira. *O corpo na arquitetura: Lina B oBardi e os estudos para arquitetura cênica e exposições.* EA- UFMG, s/a.

- FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.
- GINSBERG, Allen. Uivo e outros poemas. Tradução de Claudio Willer. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2006
- GROSZ, Elizabeth. “*Bodies-Cities*”. In: Price, Janet e Margrit Shildrick (eds.) *Feminist Theory and the Body*. New York, Routledge, 1999.
- GUATTARI, Félix. (1985). “espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In. Espaço & Debates. n 16, p. 110.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 4. Ed – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- JEUDY, H.P, JACQUES, P. Introdução. In: Corpos e cenários urbanos, Salvador: EDUFBA: PPG-AU/FAUFBA, 2006.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos Errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012. . _____ . *Experiência Errática*. In: Revista Redobra, nº9, 2012. (p. 192-204). *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. 4.ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. _____ *Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas*. In: Corpocidade:debates, ações e articulações, 2010.
- LEITE, Rogerio Proença. *A exaustão das cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas*. in Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 72, fevereiro de 2010. _____ *Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown*. in Revista brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17 nº 49 junho de 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade e a divisão do trabalho, Conclusões Gerais*, in Lefebvre, Henri. O pensamento marxista e a cidade. Lisboa: Editora Ulisseia, s /d. _____ *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2006.
- LEMINSKI, Paulo. *Toda Poesia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. *Dos desregramentos da carne* [Tese]: *um estudo Antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC* / Juliana Cavilha Mendes Losso; orientadora, Ana Luiza Carvalho da Rocha. – Florianópolis, SC 2010.

MAGNATIVA, Pasqualino. *O lugar da diferença*. In: Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, 6, dez. 2008.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. *A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*, Dissertação de mestrado, Antropologia Social UFPR, Curitiba - PR, 2011.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. In: Sociologias, Porto Alegre, n 21. 2009. _____ . *Desejo e solidão*, 2011.

MONTANER, Josep Maria. *La modernidad superada: Arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008

PONTES, Diego. *A insustentável arquitetura dos corpos: o gênero e a sexualidade enquanto diferenciais na experiência urbana*. CFH – UFSC. TCC Ciências Sociais, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123800>>.

MOREIRA, Adilson de Souza; TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. *Vias pedonais-espacos de sociabilidade no centro de Florianópolis*. Urbana, V.4, nº5, dez.2012. Dossiê: Cidades e Sociabilidades - CIEC/Unicamp. Campinas-SP, 2012.

PRECIADO, Beatriz. *Pornotopia: arquitetura y sexualidade en Playboy durante la guerra fria*. Barcelona: Anagrama, 2010.

RIAL, Carmen Sílvia. *Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição*. Dissertação de Mestrado, Antropologia, CFH, UFSC. Florianópolis, 1988

SANCHEZ, F. *City marketing: a nova fase da gestão da cidade no final do século*. In: SANCHEZ, F. (org.) Cidade espetáculo. Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. *Benedictinos da história mínima: Benjamin, o colecionador e o cronista*. In: CASTELLS, A.N.G. de; NARDI, L. (Org). Patrimônio cultural e cidade contemporânea. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHROEDER, Marcelo Nuernberg. *Cenas da Sexualidade Florianopolitana: In-cursões Estéticas à Centralidade Urbana*, 2009. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-Cidade, UFSC, Florianópolis, 2009.

SÊGA, Rafael A.: *Os melhoramentos urbanos como estratégias de dominação social*. Porto Alegre, n.14, 2000.

SENNET, Richard. *Carne e pedra. o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SIMÕES, Julio Assis. *O negócio do desejo*. In: Cadernos Pagu. São Paulo, 2008. (p.535 -546)

SIMMEL, George. “*A metrópole e a vida mental*” in *Fenômeno Urbano*; Velho, Otávio Guilherme (org). O. Rio: Zahar, 2ª edição, 1973.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p.59-87.

TEIXEIRA, Marcelo A. de A. *Presença Incômoda: corpos dissidentes na cidade*

modernista. Dissertação (Mestrado, Arquitetura e Urbanismo, FAU. Universidade de Brasília, 2013.

VAZ, Nelson Popini. *O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual*. Florianópolis: FCC Ed., / Ed. da UFSC, 1991.

WAISMAN, Marina. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013

ZUKIN, Sharon. *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder*. In: Arantes, Antônio Augusto (org). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000.pp 80-103.

FONTES JORNALÍSTICAS

ALVES, F. *Mirante da Ponte Hercílio Luz revitalizado será inaugurado em 31 de janeiro em Florianópolis*. Notícias do Dia, Florianópolis, 14 jan, 2014.

OLIVEIRA, A. *Revitalizado, mirante da Hercílio Luz atrai visitantes, enquanto Parque da Luz aguarda reforma*. Notícias do Dia, Florianópolis, 20 jun, 2014.

ANEXOS

**ESTATUTOS
DA ASSOCIAÇÃO
DOS AMIGOS DO PARQUE DA LUZ.**



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

- Art. 1º** - A Associação dos Amigos do Parque da Luz - adiante denominada - AAPLuz é entidade civil sem fins lucrativos, nem vínculos político-partidários religiosos e/ou governamentais, fundada em 13 de maio de 1986, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro à rua Felipe Schimtd nº 1032 na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, regida pôr este **ESTATUTO** e pelas leis brasileiras,
- Art. 2º** - São objetivos da Associação:

- I - Defender, judicialmente e extrajudicialmente, a utilização espaço público, na forma de área verde de lazer, localizado na cabeceira insular da PONTE HERCÍLO LUZ, delimitado pelas ruas Felipe Schimdt e Adolfo Konder, centro da cidade de Florianópolis.
- II - Defender a implantação e manutenção do **Parque da Luz**, ao longo do tempo, preservar e constituir reserva de área verde vital à salubridade urbana de Florianópolis, preservando os horizontes visuais da Ponte Hercílio Luz, a memória e a cultura urbana, constituindo um espaço público que pôr suas características é único na cidade - ponto de encontro harmônico entre o homem e a natureza-, destinado à atual e às futuras gerações.
- III - Participar na elaboração dos planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no Parque da Luz e em seu entorno, assim como, acompanhar e fiscalizar a implantação e o gerenciamento do mesmo.

Certidão
Certifico e dou fé, na forma do artigo 384 do código de processo civil, que o presente documento é fotocópia, coincidindo em todos os seus termos.
Flóris - SC, em 19/05/86.

Oficial: *[assinatura]*

REG. CIVIL 1ª JUC. E PESSOAS JURÍDICAS
19. SUS. J. TRIB. C.
FLORIANÓPOLIS - SC
CNPJ: 32.574.724/0001-00

MIN. DE TREZORARIA

84Y63099

- IV - Firmar convênio de cooperação com a Prefeitura Municipal de Florianópolis no sentido de operacionalizar a participação da AAPLuz nas ações pertinentes a implantação e manutenção do Parque e seu entorno.
- V - Promover ações, campanhas, eventos, encontro e pesquisas nas áreas ambiental, cultural e pedagógicas que visem a realização dos objetivos da AAPLuz, tanto na área do Parque como em outras áreas afins.
- VI - Firmar contratos, celebrar convênios e acordos com organismos nacionais e internacionais, visando buscar recursos para consecução do Parque da Luz e a realização dos objetivos deste e da AAPLuz.
- VII - Apoiar ações e atividades visando a preservação e valorização da Ponte Hercílio Luz e Museu da Ponte Hercílio Luz.



Capítulo II

Do Quadro Social

- Art. 3º - O quadro social, será constituído por Sócios Fundadores, Sócios Beneméritos, Sócios Honorários e Participantes não sócios.
- Art. 4º - São considerados Sócios Fundadores, todos aqueles participantes que assinarem a ATA DE FUNDAÇÃO, bem como aqueles que se tornarem sócios efetivos nos 03 (três) primeiros meses à data de aprovação destes ESTATUTOS.
- Art. 5º - São considerados Sócios EFETIVOS todos aqueles que postularem ingresso na AAPLuz, com deferimento da Diretoria.
- Art. 6º - São considerados Sócios BENEMÉRITOS aqueles sócios efetivos que estiverem prestado relevantes serviços a causa da AAPLuz e que tendo sido indicados pela

Certidão
 Certifico a dor lav. na forma do artigo 384 do código de processo civil, que o presente documento é fotocópia, coincidindo em todos os seus termos.
 Florianópolis - SC, 20/04/2011

 Oficial

REG. CIVIL TIT. DOC. E
 PESSOAS JURÍDICAS
 1.º SUBDISTRITO
 Florianópolis - SC
 N.º 672-1000001
 REG. DE ESCRITURAS

34463100

Diretoria ou associados, que tenham sua indicação aprovados pela mesma ou em Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 7º - São considerados Sócios HONORÁRIOS pessoas não associadas que tenham prestado relevantes serviços a causa da AAPLuz e que tenham sido indicados pela Diretoria ou Associados e tenham sua indicação aprovada pela Diretoria ou Assembléia Gera Extraordinária.

Art. 8º - São considerados Sócios PARTICIPANTES as pessoas solidárias à causa da AAPLuz, que não se enquadrem nos Artigos anteriores.

Art. 9º - Os Sócios FUNDADORES e EFETIVOS estão sujeitos ao pagamento de uma contribuição pecuniária, a ser fixada pela Diretoria e aprovada em Assembléia Geral. O exercício dos direitos de Sócio pressupõe quitação das obrigações pecuniárias vencidas.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS EFETIVOS:

- Art. 10º** - São direitos dos Sócios Efetivos
- Votar e ser votado para cargos eletivos da Diretoria .
 - Participar da Assembléia Geral, Ordinária e Extra Ordinária.
 - Ser indicado como representante da AAPLuz.
 - Propor a Diretoria e/ou à Assembléia Geral reunida, medidas que julgar necessárias e de interesse dos Associados e/ou da AAPLuz

Certidão
 Certifico e dou fé, na forma do artigo 384 do código de processo civil, que o presente documento é fotocópia, coincidindo em todos os seus termos.
 Fpolis - SO 3023247

Oficial _____



BHY63101

Art. 11º - São deveres dos Sócios Efetivos:

- a) COLABORAR para a concretização dos objetivos da AAPLuz, conforme Art. 2º, do Capítulo I.
- b) PARTICIPAR ativamente das Assembléias Geral, Ordinária e Extraordinárias.
- c) CUMPRIR e fazer cumprir os Estatutos e eventuais regulamentos e/ou resoluções.
- d) PAGAR com pontualidade a contribuição estipulada de acordo com o Art. 9º.
- e) COMUNICAR com brevidade qualquer alteração de dados pessoais, mudança de endereço, para viabilizar a atualização das fichas cadastrais.
- f) EXERCER com dedicação os cargos e funções que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - Todos os sócios, com exceção dos participantes, terão direito a voto, porém apenas os efetivos poderão ser votados.

DA EXCLUSÃO

Art. 12º - Deixa de fazer parte do quadro social o sócio que não cumprir com os objetivos previstos nestes Estatutos.

Parágrafo único - Caberá a Diretoria, com aprovação da Assembléia Geral, decidir sobre o caput do artigo anterior.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA

Certidão
Certifico e dou fé, na forma do artigo 304 do código de processo civil, que o presente documento é fotocópia, coincidindo em todos os seus termos.
Fls. - 302/310/317

Oficial: *Luiz*





Art. 13º - São integrantes da Diretoria da AAPLuz:

- O Presidente;
- O Vice Presidente;
- O Secretário Executivo;
- O Tesoureiro;
- O Conselho Fiscal;

Art. 14º - Os cargos eletivos, integrantes da Diretoria, assim como os de representante, não poderão ser remunerados a qualquer título.

Art. 15º - Todos os integrantes da Diretoria de (acordo com o Art. 13º, capítulo VI) serão escolhidos pelo voto direto e secreto.

Parágrafo Único - O MANDATO dos titulares de cargo eletivo é de dois anos, sendo permitido a reeleição, vedada porém a reeleição da Diretoria por mais de dois mandatos consecutivos.

Art. 16º - Compete à Diretoria:

- EXECUTAR a política Administrativa da AAPLuz;
- CUMPRIR as deliberações tomadas em Assembléia Geral;
- PRESTAR contas à Assembléia Geral e elaborar, para apreciação desta, o relatório anual das atividades;
- PRATICAR atos de livre gestão e resolver todos os assuntos de interesse da AAPLuz, de conformidade com os ESTATUTOS;
- SUSPENDER "ad referendum" da Assembléia Geral o exercício do sócio Efetivo, ou Benemérito e demais participantes, cujo o procedimento for considerado incompatível com os objetivos da AAPLuz, ou deixar de cumprir com as obrigações Estatutárias;

Art. 17º - A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por bimestre e extraordinariamente quando convocada.

Art. 18º - As deliberações da Diretoria serão tomadas e votadas por maioria simples.

Art. 19º - Ao PRESIDENTE compete:

- Presidir as reuniões da Diretoria;

Certidão
 Certifico e dou fé, na forma do artigo 384 do código de processo civil, que o presente documento é fotocópia, coincidindo em todos os seus termos.
 Foz de Iguaçu - SC, 21/03/2012

Oficial



8MY63103



- b) Presidir as reuniões conjuntas da diretoria e do conselho fiscal;
- c) Presidir as Assembléias Gerais;
- d) Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- e) Representar a AAPLuz em juízo, ativa e passivamente, perante os órgãos públicos na esfera municipal, estadual e federal;
- f) Supervisionar todas as atividades da AAPLuz, propor a diretoria a criação de comissões e novos departamentos;
- g) Convocar e fixar a data de eleições e dar posse aos eleitos;

Art. 20º - Ao Vice Presidente compete:

- a) Executar as ações outorgadas pelo Presidente;
- b) Substituir ou Representar o Presidente em suas faltas ou impedimento;
- c) Fiscalizar o fiel cumprimento do Estatuto vigente.;

Art. 21º - Ao Secretário Geral compete:

- a) Lavrar e Assinar as Atas das reuniões da Diretoria, das Assembléias Gerais e das reuniões conjuntas do Conselho Fiscal e da Diretoria;
- b) Manter em dia a correspondência Oficial da AAPLuz bem como todos os documentos da mesma;
- c) Contratar e supervisionar, chefiando eventuais funcionários, necessários ao bom andamento da AAPLUZ;

Parágrafo único - Toda correspondência Oficial enviada aos órgãos Governamentais, deverá ter necessariamente a assinatura do Presidente e, em sua falta a do vice presidente, devidamente autorizado.

Art. 22º - Ao tesoureiro compete:

- a) Arrecadar e ter sob sua guarda e responsabilidade as contribuições dos Associados, donativos e valores da AAPLUZ, contabilizando-os em livro caixa específico;
- b) Gerenciar a conta específica da Associação prestando contas anualmente e mostrando o balancete mensal;
- c) Submeter as contas da APLUZ para aprovação do Conselho Fiscal, ou a qualquer sócio mediante requerimento;
- d) Realizar todas as operações financeiras necessárias ao bom andamento da Associação, assinando os cheques conjuntamente com o Presidente;

Certidão
 Certifico e dou fé, na forma do artigo 384 do código de processo civil, que o presente documento é fotocópia, coincidindo em todos os seus termos.
 Florianópolis - SC, 23/03/2014

Oficial

Luiz
 Luiz
 Oficial

REG. CIVIL, FT. D.O.C. E
 PESSOAS JURÍDICAS
 1º. SUBDISTRITO
 FLORIANÓPOLIS - SC
 Nº 244/2001-59
 J. 2014/03/23
 DO ESTADO DE SANTA CATARINA

BMY63104

02 (duas) Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, com o intervalo para a realização da segunda Assembléia de no mínimo 30 (trinta) dias.

Art. 29º - Parágrafo Único - Extinta a associação, liquidar-se-á seus haveres e obrigações, e o remanescente de seu patrimônio será entregue a entidade congênere, escolhida em Assembléia Geral, com ampla divulgação, em 03 jornais de ampla circulação.



Handwritten signature

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS COMARCA DE FLORIANÓPOLIS IOLÉ LUZ FÁRIA - Oficial Titular-R. Vidal Ramos, 53, sala 106. Certifico que o presente documento encontra-se registrado neste Ofício no Livro de Pessoas Jurídicas A-23, fls. 014, sob o nº 004374 em data de 03/09/1997. O referido é verdade e dou fe

REG. CIVIL TIT. DOC. E
PESSOAS JURÍDICAS
1º SUBDISTRITO
FLORIANÓPOLIS - SC

84463106

Certidão

Certifico e dou fe, na forma do artigo 384 do código de processo civil, que o presente documento é fotocópia, coincidindo em todos os seus termos.
Fpolis - SC 22103104

Oficial

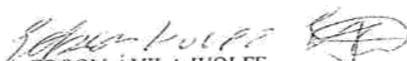
Handwritten signature

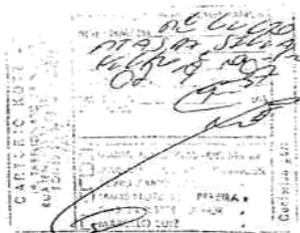
Atual diretoria da AAPLUZ é composta por:

1. Presidente - Lúcio Dias da Silva Filho
2. Vice Presidente - Elaine Gonsalves Martins
- 3 Secretária - Kêzia Lenderly
- 4 Tesoureiro - Mary Cunha
- 5 Conselho Fiscal
 - Titulares - Luís Otávio Martins Veiga,
Rafael Rodrigues Niçe Maria Pereira
 - Suplentes - Mauricio Muniz, Miryam Mello,
Pedro Luiz Schimitd

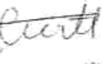



LÚCIO DIAS DA SILVA FILHO
Presidente da AAPLUZ


EDSON ÁVILA WOLFF
Advogado - 6543 OAB/SC



Certidão
Certifico e dou fé, na forma do artigo 364 do código de processo civil, que o presente documento é fotocópia, coincidindo em todos os seus termos.
Flópolis - SC 22/05/2010

Oficial 

Florianópolis, 22/05/2010



811763107